

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES**  
**URI - CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN/RS**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**  
**PPGEDU – MESTRADO E DOUTORADO**

**QUELI DA SILVA NUNES**

**TRATAMENTO INCLUSIVO: POSSIBILIDADE PARA ESTUDANTES SURDOS/AS**  
**NÃO ALFABETIZADOS EM LIBRAS**

**FREDERICO WESTPHALEN/RS**

**2024**

**QUELI DA SILVA NUNES**

**TRATAMENTO INCLUSIVO: POSSIBILIDADE PARA ESTUDANTES SURDOS/AS  
NÃO ALFABETIZADOS EM LIBRAS**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação - Mestrado e Doutorado, Departamento de Ciências Humanas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

Orientador: Dr. Claudionei Vicente Cassol.

**FREDERICO WESTPHALEN/RS**

**2024**

N927t Nunes, Queli da Silva

Tratamento inclusivo : possibilidade para estudantes surdos/as não alfabetizados em Libras / Queli da Silva Nunes. – 2024.

78 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, 2024.

Orientador: Dr. Claudionei Vicente Cassol.

1. Educação inclusiva. 2. Psicologia escolar. 3. Língua Brasileira de Sinais – Libras. 4. Inclusão. 5. Políticas públicas educacionais. I. Cassol, Claudionei Vicente. II. Título.

CDU 37

**QUELI DA SILVA NUNES**

**TRATAMENTO INCLUSIVO: POSSIBILIDADE PARA ESTUDANTES SURDOS/AS  
NÃO ALFABETIZADOS EM LIBRAS**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado e Doutorado, Departamento de Ciências Humanas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Claudionei Vicente Cassol (Orientador)

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI

---

Dra. Silvia Regina Canan

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI

---

Dra. Hildegard Susana Jung

UniLaSalle

## **IDENTIFICAÇÃO**

### **Instituição de Ensino/Unidade:**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões;  
URI/Câmpus de Frederico Westphalen.

### **Direção do Câmpus:**

Diretora Geral: Dra. Elisabete Cerruti;

Diretor Acadêmico: Dr. Carlos Eduardo Blanco Linares;

Diretor Administrativo: Me. Alzenir José de Vargas.

### **Curso:**

Curso de Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação – Coordenadora: Dra. Luci Mari Duso Pacheco.

### **Linha de Pesquisa:**

Políticas Públicas e Gestão da Educação.

## RESUMO

O objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar as possibilidades e limites para o tratamento e acompanhamento individual, pela Psicologia Escolar e Educacional, de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com foco na constituição de suas subjetividades. A pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGEDU), da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), insere-se na linha de pesquisa “Políticas Públicas e Gestão de Educação”. Este estudo buscou contribuir para a compreensão de práticas inclusivas que valorizem a diversidade e respeitem as singularidades dos indivíduos surdos/as, reforçando o compromisso com uma educação equitativa e humanizadora. A metodologia adotada foi composta por uma revisão sistemática e analítica da literatura, embasada na análise de conteúdo de Bardin. Essa abordagem permitiu identificar e explorar produções acadêmicas, publicadas entre 2019 e 2023, que dialoguem com a problemática da pesquisa assim delineada: O que versam os trabalhos acadêmicos, publicados entre 2019 e 2023, a respeito das possibilidades e limites para o tratamento e acompanhamento individual da Psicologia Escolar e Educacional de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS para a constituição de suas subjetividades? O estudo parte de uma definição conceitual de “pessoa surda”, fundamentada na legislação educacional vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e outros marcos legais, destacando a relevância do bilinguismo e da acessibilidade linguística. Em seguida, explora os fundamentos teóricos da Psicologia Escolar e Educacional e do tratamento psicoterapêutico individual, com foco em estratégias de acolhimento que reconheçam as especificidades comunicacionais deste público. As buscas bibliográficas foram realizadas em bases como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o *Google Acadêmico*, utilizando termos como “Psicologia Escolar e Educacional”, “tratamento psicoterapêutico de estudantes surdos/as” e “LIBRAS no contexto clínico”. Os resultados evidenciam que a ausência de alfabetização em LIBRAS por parte dos/as estudantes e a falta de capacitação dos/as profissionais da área são desafios significativos para um atendimento inclusivo e eficaz. Por outro lado, destacam-se estratégias bem-sucedidas, como o uso de pantomima, gestos, mímicas, recursos visuais e Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA), que promovem acolhimento e interação durante os tratamentos psicoterapêuticos. A LIBRAS, embora essencial, é apenas uma das ferramentas possíveis no processo de inclusão e no desenvolvimento de subjetividades, sendo necessário combiná-la com práticas que valorizem a diversidade dos modos de expressão dos/as estudantes. A Psicologia Escolar e Educacional desempenha um papel importante na construção de práticas inclusivas e humanizadoras, especialmente no contexto de estudantes surdos/as que não dominam a LIBRAS. Contudo, para que essas práticas sejam efetivas, é indispensável investir na formação e capacitação contínua dos/as profissionais da área, fomentar pesquisas sobre metodologias inovadoras e fortalecer políticas públicas que garantam o direito à educação inclusiva. A pesquisa reafirma a importância de compreender as diferenças como base para a promoção da equidade e da inclusão, apontando caminhos para um atendimento psicoterapêutico que respeite e valorize as subjetividades de cada indivíduo.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS; Tratamento psicoterapêutico individual; Inclusão educacional; Políticas públicas.

## SUMMARY

The general objective of the research is to investigate the possibilities and limitations for individual treatment and follow-up by School and Educational Psychology for deaf students who are not literate in Brazilian Sign Language (LIBRAS), focusing on the constitution of their subjectivities. The research, linked to the Graduate Program in Education (PPGEDU) at the Regional Integrated University of Upper Uruguay and Missions (URI), falls within the research line "Public Policies and Education Management." This study aims to contribute to the understanding of inclusive practices that value diversity and respect the uniqueness of deaf individuals, reinforcing the commitment to equitable and humanized education. The methodology adopted consists of a systematic and analytical literature review, based on Bardin's content analysis. This approach allows the identification and exploration of academic productions published between 2019 and 2023 that address the research problem, as outlined: What do academic works published between 2019 and 2023 discuss regarding the possibilities and limitations for individual treatment and follow-up by School and Educational Psychology for deaf students who are not literate in LIBRAS for the constitution of their subjectivities? The study starts from a conceptual definition of "deaf person," based on current educational legislation, such as the Brazilian Inclusion Law (LBI) and other legal frameworks, highlighting the relevance of bilingualism and linguistic accessibility. It then explores the theoretical foundations of School and Educational Psychology and individual psychotherapeutic treatment, focusing on reception strategies that recognize the communication specifics of this audience. Bibliographic research was carried out in databases such as CAPES and Google Scholar, using terms like "School and Educational Psychology," "psychotherapeutic treatment of deaf students," and "LIBRAS in the clinical context". The results show that the lack of literacy in LIBRAS by students and the lack of training of professionals in the area are significant challenges for inclusive and effective care. On the other hand, successful strategies stand out, such as the use of pantomime, gestures, mimics, visual resources, and Augmentative and Alternative Communication (AAC), which promote reception and interaction during psychotherapeutic treatments. LIBRAS, although essential, is just one of the possible tools in the inclusion process and the development of subjectivities, and it is necessary to combine it with practices that value the diversity of students' modes of expression. It is concluded that School and Educational Psychology plays an important role in the construction of inclusive and humanizing practices, especially in the context of deaf students who do not master LIBRAS. However, for these practices to be effective, it is essential to invest in continuous training and capacity-building for professionals in the area, foster research on innovative methodologies, and strengthen public policies that ensure the right to inclusive education. The research reaffirms the importance of understanding differences as a basis for promoting equity and inclusion, pointing to ways for psychotherapeutic care that respects and values the subjectivities of everyone.

**Keywords:** School and Educational Psychology; Deaf students not literate in LIBRAS; Individual psychotherapeutic treatment; Educational inclusion; Public policies.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASHA	<i>American Speech-Language-Hearing Association;</i>
CAA	Comunicação Alternativa Aumentativa;
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CF	Constituição Federal;
CFP	Conselho Federal de Psicologia;
CGPcD	Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência;
CIC	Central de Intermediação de Comunicação;
LBI	Lei Brasileira de Inclusão;
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais;
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
PPGEDU	Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação;
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão;
TEA	Transtorno do Espectro Autista.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 Estado do conhecimento.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Problema e Objetivos da Pesquisa .....</b>	<b>15</b>
<b>1.3 Problemática da pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.4 Metodologia.....</b>	<b>17</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>21</b>
<b>3 A LEGISLAÇÃO NACIONAL BRASILEIRA NA HISTÓRIA DE COMPREENSÃO E DEFINIÇÃO DE PESSOA SURDA.....</b>	<b>26</b>
<b>4 PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS</b>	<b>41</b>
<b>4.1 Compreensões de Psicologia Escolar e Educacional e tratamento psicoterapêutico individual.....</b>	<b>41</b>
<b>4.2 Tratamento clínico e acompanhamento psicoterapêutico individual em Psicologia Escolar e Educacional com estudantes não alfabetizados/as em LIBRAS: possibilidades .....</b>	<b>45</b>
<b>5. ESCUTA DE SUJEITOS SILENCIADOS .....</b>	<b>51</b>
<b>5.1 Possibilidades por meio de pantomima, corpo, gestos, mímicas e simbolismos esotéricos.....</b>	<b>51</b>
<b>5.2 Viabilidades por meio de recursos visuais.....</b>	<b>54</b>
<b>5.3 Escuta de pessoas surdas silenciadas: viabilidades usando Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA).....</b>	<b>57</b>
<b>6 REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO, PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES.....</b>	<b>61</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa reflete um percurso pessoal e profissional significativo. Surge da necessidade de investigar e sistematizar conhecimentos sobre a inclusão de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com foco nos tratamentos psicoterapêuticos da Psicologia Escolar e Educacional. A Psicologia, enquanto ciência, estuda o comportamento, a mente e a personalidade humana, buscando compreender o desenvolvimento e o funcionamento mental. Seu objetivo é promover a integração e o bem-estar dos indivíduos, tanto no nível individual quanto coletivo.

Ao atuar de forma inclusiva, a Psicologia desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e do respeito, contribuindo significativamente para a constituição da subjetividade e da identidade dos indivíduos. No contexto da deficiência auditiva, a Psicologia estabelece uma conexão essencial que, por meio da psicoterapia nos espaços clínicos, possibilita auxiliar e compreender aspectos emocionais e comportamentais. Esse processo busca superar medos, angústias e inquietações, promovendo a valorização do sujeito e garantindo que ele/a seja ouvido/a pelo/a profissional. A partir desse acolhimento, cria-se um espaço que fomenta a emancipação, permitindo que a pessoa surda ocupe seu lugar na sociedade como cidadã plena. Além disso, a Psicologia contribui para que essas pessoas desenvolvam autonomia e se sintam capacitadas a expressar seus silêncios, desejos e sentimentos, estabelecendo uma comunicação significativa e autêntica.

Essa pesquisa representou um marco significativo na trajetória pessoal e profissional da pesquisadora. A temática reflete a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre inclusão e subjetividade. Muitos/as estudantes surdos/as necessitam de tratamento clínico, mas enfrentam barreiras por não serem alfabetizados/as em LIBRAS, vivenciando exclusão e violações de direitos que afetam sua dignidade e desenvolvimento pleno.

A LIBRAS desempenha um papel central na inclusão das pessoas surdas, permitindo que expressem sentimentos, medos e afetos, além de construir conhecimento e subjetividade. No entanto, muitos ainda enfrentam dificuldades em acessar tratamentos psicológicos por não dominarem a língua de sinais. É essencial compreender a legislação nacional sobre inclusão e explorar como a Psicologia Escolar e Educacional pode contribuir para o atendimento a estudantes surdos/as, especialmente em psicoterapia individual.

Com foco narrativo em primeira pessoa do singular, nos próximos parágrafos me apresento como sendo a segunda filha de uma prole de três irmãos, quando ainda pequena, meu pai me apresentou algumas questões e, em especial, a de que era filho adotivo. Meus avós o

criaram como sendo filho biológico. Relatou que seus pais biológicos o doaram com dois anos incompletos, por não terem condições de prover sua criação e da prole. Acredito que a atitude tenha sido provocada pela falta de condições financeiras. A doação, ao que tudo indica, ocorreu para que as crianças não passassem necessidades.

No decorrer dos anos, sempre se evidenciou o desejo de meu pai em conhecer a sua família biológica. Os anos se passaram, ele e toda a sua família sempre em busca de informações. Em um determinado dia, meu pai teve informações de uma irmã biológica que residia em uma cidade vizinha. O primeiro contato, soube-se depois, havia acontecido quando ainda eram jovens. No processo de contato com a suposta irmã, foi visualizado que se tratava de uma mulher surda, que emitia poucos sinais vocais e buscava demonstrar seus sentimentos e articular a fala por meio dos sinais com as mãos. Desta forma, conseguia expressar a sua voz, seus sentimentos e estabelecer comunicação.

Por meio da história de vida de meu pai, tive meu primeiro contato com uma pessoa surda. Considero privilégio poder socializar e aprender sobre como dialogar e respeitar cada pessoa, valorizar suas capacidades, não as diminuir por suas limitações e poder ajudá-las, de modo mais profissional, nas suas limitações, pois cada ser humano tem suas singularidades, composições de sua subjetividade. Desde o Ensino Fundamental, sempre tive um desejo forte e constante de fazer a diferença na vida das pessoas. Esse desejo me levou a buscar conhecimentos sobre o tema da inclusão. Acredito que grande parte da construção da minha identidade e personalidade se deve ao fato de ter sido criada valorizando cada pessoa como um ser único e especial. Nesse aprendizado que a vida me proporcionou, compreendi que cada ser humano deve ser visto pelas suas capacidades e possibilidades, e é dessa forma que merece respeito, compreensão e precisa caminhar para a construção de sua dignidade e subjetividade. Aprendi a reconhecer e valorizar as singularidades de cada indivíduo ao entender que essas diferenças são importantes, pois caracterizam seres únicos e valiosos. Essa perspectiva tem sido fundamental para minha formação pessoal e profissional, guia minhas ações e meu entendimento acerca da relevância da inclusão e do respeito mútuo.

Durante minha trajetória acadêmica, tenho me esforçado para investigar as melhores condições e formas de promover inclusão. A escolha da graduação em Psicologia, em 2012, reflete meu compromisso com a sensibilidade e o compromisso com a condição humana, bem como meu esforço contínuo para me colocar no lugar das outras pessoas. Essa jornada tem sido guiada pelo desejo de garantir, de algum modo, o direito igualitário ao acesso à educação. Meu objetivo é utilizar o conhecimento adquirido no campo da Psicologia para contribuir de forma significativa com a inclusão e lutar para assegurar que cada indivíduo tenha oportunidades

justas e adequadas para desenvolver seu potencial, sua subjetividade e, tratando-se de pessoas surdas, que sejam alfabetizadas em LIBRAS e possam, com esse conhecimento, com esse domínio, permitir um atendimento psicológico clínico, indistintamente.

O processo de construção de uma base teórica, com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Psicologia, no ano de 2016, não poderia ter um enfoque diferente. Traz pensadores e pensadoras que tematizam a inclusão. O referido TCC desenvolveu o tema da “Inclusão de Acadêmicos com Deficiência no Ensino Superior em uma Universidade do Interior do Rio Grande do Sul”.

Desta forma, acredito ser necessário proporcionar condições para que a pessoa surda seja incluída, efetivamente, no ambiente em que se encontra e seja respeitada diante de suas dificuldades e diferenças, no cotidiano de sua existência. Um dos modos de contribuir para que as pessoas surdas prosperem enquanto indivíduos, construam e desenvolvam suas identidades e subjetividades, é a alfabetização em LIBRAS, pois emancipa as pessoas surdas e, inclusive, potencializa tratamentos mais adequados quando da necessidade de acompanhamentos em psicoterapia da Psicologia Escolar e Educacional e, especificamente, psicoterapias individuais. Cada ser humano possui singularidades e a melhor forma que a Psicologia tem para auxiliar é compreendê-lo nessas constituições subjetivas.

Em 2022, ao ingressar no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGEDU), da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de Frederico Westphalen, aproximei-me do estudo direcionado à Educação Inclusiva, com enfoque na pessoa surda, no esforço de compreender como a Psicologia Escolar e Educacional pode realizar, com mais eficácia, tratamentos e acompanhamentos psicoterapêuticos à estudantes surdos/as ainda não autônomos em LIBRAS. Este se constitui no problema central de minha dissertação de mestrado: como a Psicologia Escolar e Educacional pode auxiliar estudantes surdos/as, que ainda não dominam a LIBRAS, em tratamentos individuais?

Observo uma evolução na sociedade em relação à superação do preconceito e respeito às diferenças. No entanto, é importante reconhecer que as pessoas com deficiência não devem ser vistas de forma homogênea. Mesmo aquelas com comprometimentos semelhantes são diferentes entre si e desejam ser respeitadas em sua singularidade. Compreendo que é de singular importância enfatizar o conhecimento acerca dos direitos e deveres de cada indivíduo. Todos e todas têm o direito à educação, independentemente de qual seja o tipo de deficiência.

É relevante destacar que o artigo 205, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), dispõe que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família” e “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa”

(Brasil, 1988, p. 124). Todavia, durante muitos anos, a realidade das pessoas surdas em nossa sociedade tem sido de desprezo. As pessoas surdas – e aquelas com outras deficiências – têm sido definidas por suas limitações, por seus comprometimentos físicos e mentais e reduzidas à sua patologia. Em virtude dos avanços da ciência, do campo da educação, da Psicologia e da contribuição da área de conhecimento das ciências humanas, o enfoque é alterado gradativamente e se coloca, embora lentamente, a pessoa em primeiro lugar, o indivíduo com suas circunstâncias. Sua deficiência, embora, componha uma de suas características, não a define.

A LIBRAS é considerada um grande instrumento para desenvolver a inclusão e vista como uma forma de as pessoas expressarem seus anseios e poder serem ouvidas e compreendidas diante da comunidade e dos serviços que desejam e precisam. LIBRAS é um instrumento fundamental para promover a inclusão. Permite que as pessoas surdas expressem seus anseios e sejam reconhecidas na comunidade. Essa língua proporciona um meio eficaz de comunicação, em nossa compreensão, que é essencial para a integração social e a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, pois é potencial para a comunicação e a expressão individual. Desse modo, parece se apresentar como indispensável para tratamentos psicoterapêuticos na Psicologia Escolar e Educacional, para tratamentos de pessoas surdas. Nessa crença, LIBRAS precisa ser um domínio tanto de profissionais da Psicologia, quanto das pessoas surdas, pois facilita a comunicação, os tratamentos e os acompanhamentos. É nessa perspectiva que o problema de estudo se preocupa, especificamente, com estudantes surdos e surdas que ainda, em função das políticas públicas precárias também na área da inclusão, não dominam LIBRAS e precisam de tratamentos e acompanhamentos mais específicos e cuidados em terapias da Psicologia Escolar e Educacional.

Os desafios da inclusão da pessoa surda, não somente em sala de aula, mas também no seu cotidiano, especialmente nos tratamentos da Psicologia Escolar e Educacional, parecem começar quando os/as profissionais encontram dificuldades na comunicação. O processo inclusivo ainda reflete marcas de uma história de preconceito. Naira Biagini Maltoni (2023, p. 12) afirma, em sua dissertação, que as pessoas deficientes, “mesmo após muita luta, ainda convivem com algum tipo de discriminação e capacitismo”. Pesquisas nos contam que, historicamente, as pessoas com algum tipo de deficiências eram exterminadas ou postas para serem cuidadas a partir da piedade alheia. A deficiência era vista como um castigo, pois havia a crença de que nascer ou adquirir deficiência era uma forma de punição divina (Dicher; Trevisam, 2014).

O conhecimento em LIBRAS, uma língua que, para Miquéias Ambrósio dos Santos, João Bernardes da Rocha Filho e Emanuella Silveira Vasconcelos (2023, p. 10), “distingue-se das línguas orais pela utilização do canal comunicativo, pois enquanto as línguas orais utilizam canal oral-auditivo, a LIBRAS utiliza canal gestual-visual”, nas instituições de ensino pode contribuir para a inclusão e influenciar cada vez mais pessoas a estudar e garantir seus direitos enquanto indivíduos e a estabelecer comunicações nos vários momentos da existência e nas necessidades cotidianas.

Na interpretação que Pereira, Araújo e Silva (2020, p. 14) fazem de Quadros (1997), a LIBRAS é a língua da pessoa surda, não uma linguagem, “já que possui todos critérios e estruturas inerentes a isso, e usa de modalidade visual-espacial, sendo independente dos sistemas orais, acabando com o mito de achar que a língua de sinais é subordinada a língua oral”, nos casos em que a ação da Psicologia Escolar e Educacional é exigida para auxiliar em tratamentos, no desenvolvimento e na construção da identidade e subjetividade de estudantes surdos/as rumo à sua emancipação, a LIBRAS se constitui em um instrumento de mediação e de comunicação fundamental.

Sentir-se incluído/a não depende apenas do acesso, mas também da permanência em um ambiente humanista e de ser respeitado/a na condição de cada pessoa com deficiência. A garantia do direito à matrícula e à importância da presença de cada estudante na escola não são suficientes para superar práticas excludentes. Compreender o modelo de educação inclusiva que se desenvolve ao longo do tempo como resultado de muitas mudanças históricas é importante no processo, pois ainda carregamos uma forte cultura excludente.

A LIBRAS pode desempenhar um papel fundamental no acesso à informação e à cultura ao viabilizar que as pessoas surdas tenham acesso a notícias, livros, filmes e outros conteúdos de forma mais autônoma, e a tratamentos personalizados. Por isso, a LIBRAS precisa estar no cotidiano da escola, compor o currículo e o cotidiano das vivências e experiências escolares no aspecto social e relacional. No campo profissional, a LIBRAS é uma ferramenta essencial para a inclusão no mundo do trabalho e no desenvolvimento das atividades profissionais com mais propriedade.

Outra grande contribuição da LIBRAS na promoção da inclusão social é facilitar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, criar e fortalecer laços de amizade, familiares e, especialmente, entre estudantes, instituições profissionais e especialistas, porque contribui para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para a construção das suas identidades e subjetividades, uma vez que “a identidade dos surdos é o conjunto de características que os distingue dos ouvintes, representada por uma cultura específica, resultante das interações entre

surdos, surdos e ouvintes e de surdos, ouvintes e o mundo” (Santos; Rocha Filho; Vasconcelos, 2023, p. 11).

Portanto, por meio da LIBRAS as pessoas surdas podem se conectar com outras pessoas e profissionais que também estão alfabetizados em LIBRAS e compartilhar experiências, angústias, desejos e necessidades, tanto auxiliar, quanto manifestar necessidade de auxílio, de compreensão, para continuar a crescer, compreender-se e se organizar individual e socialmente, e participar da sociedade.

### **1.1 Estado do conhecimento**

A inclusão educacional de pessoas surdas, no Brasil, tem sido um tema amplamente debatido nas últimas décadas, especialmente após a promulgação de leis como a Lei n. 10.436/2002 e o Decreto n. 5.626/2005, que reconheceram a LIBRAS como língua oficial da comunidade surda e regulamentaram sua aplicação em diferentes contextos sociais e educacionais. Essas iniciativas marcaram avanços significativos no reconhecimento dos direitos linguísticos e culturais da população surda, consolidando o bilinguismo como um princípio fundamental para sua inclusão.

Apesar desses avanços, o atendimento educacional e psicoterapêutico de estudantes surdos/as ainda enfrenta desafios consideráveis. Estudos apontam a escassez de profissionais capacitados, a falta de infraestrutura adequada e a ausência de materiais didáticos inclusivos como barreiras persistentes à efetividade das políticas públicas. Além disso, a formação de psicólogos/as e educadores/as para lidar com as especificidades de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS ainda é limitada, o que dificulta a implementação de práticas que valorizem suas subjetividades e necessidades individuais.

Nesse cenário, a literatura acadêmica tem contribuído para o entendimento de estratégias e práticas que promovam a inclusão de estudantes surdos/as no ambiente escolar e no contexto clínico. Pesquisas destacam a importância da LIBRAS como ferramenta central no desenvolvimento de habilidades comunicativas e no fortalecimento da autoestima e identidade cultural desses indivíduos. Ao mesmo tempo, enfatizam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que articule as áreas de Psicologia, Educação e Linguística para garantir um atendimento integral e inclusivo.

Embora haja um crescente interesse acadêmico pelo tema, percebe-se que o atendimento psicoterapêutico individual para estudantes surdos/as, especialmente os que não são alfabetizados/as em LIBRAS, ainda é uma área pouco explorada. Esse vácuo no estado do

conhecimento ressalta a relevância de investigações que abordem as possibilidades e os limites da atuação de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional nesse contexto, contribuindo para a ampliação de práticas inclusivas e a promoção de políticas públicas mais efetivas.

## **1.2 Problema e Objetivos da Pesquisa**

O problema central desta pesquisa é: Como é possível o tratamento e o acompanhamento individual em Psicologia Escolar e Educacional de estudante surdo/a não alfabetizado/a em LIBRAS?

A investigação é guiada pelas seguintes questões: Quais compreensões conceituais a legislação educacional brasileira atual define sobre pessoa surda? O que é Psicologia Escolar e Educacional e como se caracteriza a terapia individual nesse contexto? O que a literatura oferece acerca do papel do/a profissional da Psicologia Escolar e Educacional no acompanhamento de estudantes surdos/as em tratamento psicoterapêutico individual, ainda não alfabetizados/as em LIBRAS?

Definimos o objetivo geral como: investigar as possibilidades e limites para o tratamento e o acompanhamento individual, pela Psicologia Escolar e Educacional, de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS, com foco na constituição de suas subjetividades, a partir de uma revisão sistemática de trabalhos acadêmicos publicados entre 2019 e 2023.

Quanto aos objetivos específicos, optamos por: 1) estabelecer uma definição e compreensão conceitual de pessoa surda, conforme a legislação brasileira vigente; 2) conceituar a Psicologia Escolar e Educacional e o tratamento psicoterapêutico individual; 3) identificar possibilidades de atuação de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional no acompanhamento de estudantes surdos/as, ainda não alfabetizados/as em LIBRAS, em contextos de tratamento psicoterapêutico individual.

A inclusão de estudantes surdos/as nos ambientes escolares brasileiros é um desafio que exige ações coordenadas entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de profissionais capacitados. Nesse contexto, a Psicologia Escolar e Educacional desempenha um papel central na promoção do desenvolvimento acadêmico e emocional desses indivíduos, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

O presente estudo tem como tema central o atendimento psicoterapêutico e educacional de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS, com o objetivo de investigar como a Psicologia Escolar e Educacional pode atuar no desenvolvimento de estratégias inclusivas que



respeitem as especificidades linguísticas e culturais desses sujeitos. A pesquisa se fundamenta na premissa de que o atendimento inclusivo é um direito garantido pela legislação brasileira, mas que enfrenta desafios significativos em sua aplicação prática.

A relevância deste estudo reside na necessidade de preencher lacunas no atendimento psicoterapêutico e educacional de estudantes surdos/as, contribuindo para sua inclusão plena e para a construção de subjetividades fortalecidas. Além disso, a pesquisa busca destacar as contribuições da LIBRAS como ferramenta fundamental no processo de inclusão, ressaltando sua importância para a comunicação e interação social.

Neste capítulo, apresentaremos a fundamentação teórica que sustenta a pesquisa, discutindo os conceitos-chave relacionados à inclusão de estudantes surdos/as, o papel do bilinguismo na educação inclusiva e as políticas públicas que garantem os direitos linguísticos e educacionais dessa população. A análise será guiada por uma abordagem que articula teoria e prática, destacando os desafios e possibilidades identificados na literatura acadêmica.

### **1.3 Problemática da pesquisa**

As questões que constituem o *corpus* deste estudo foram projetadas para estruturar três capítulos de maneira a garantir uma organização coerente e alinhada aos objetivos da pesquisa. No primeiro capítulo, busca-se compreender o que a legislação educacional brasileira atual define como pessoa surda. O objetivo é responder à seguinte questão: o que é considerado pessoa surda pela legislação educacional especial vigente no Brasil? Este movimento é essencial para assegurar um entendimento sólido sobre o conceito, que é central para a revisão da literatura e o desenvolvimento do campo de estudo.

No segundo capítulo, propõe-se explorar a questão: o que é Psicologia Escolar e Educacional e terapia individual? O intuito é compreender esses conceitos fundamentais, indispensáveis para a condução da pesquisa, especialmente considerando que, na região de atuação, a maioria dos estudantes surdos/as não é autônoma em LIBRAS. A atenção à LIBRAS, nesse contexto, é imperativa para entender as dificuldades, os desafios e a necessidade da alfabetização para a eficácia das ações da Psicologia Escolar e Educacional. Essas ações, incluindo tratamento e acompanhamento, são essenciais no apoio à constituição das identidades e subjetividades de estudantes surdos/as em sua jornada emancipatória.

A pesquisa enfatiza as crescentes demandas por tratamentos individuais em Psicologia Escolar e Educacional, considerando as necessidades específicas de estudantes surdos/as. Nesse sentido, destaca-se a relevância de estratégias que promovam a inclusão escolar, o

desenvolvimento no campo científico e social e o fortalecimento das subjetividades e identidades. O compromisso com essa perspectiva é contribuir para o desenvolvimento integral, respeitando as singularidades, sem esquecer da promoção da autonomia e participação plena na sociedade.

Com essa abordagem, o terceiro capítulo foi estruturado em torno da seguinte questão: o que a literatura apresenta sobre as possibilidades de um/a profissional da Psicologia Escolar e Educacional acompanhar um/a estudante surdo/a em tratamento psicoterapêutico individual que ainda não esteja alfabetizado/a em LIBRAS? Para responder a esse questionamento, o objetivo é investigar as possibilidades e os limites do tratamento e acompanhamento individual oferecido pela Psicologia Escolar e Educacional a estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS, com foco na constituição de suas subjetividades. Essa investigação se baseia em uma revisão sistemática de trabalhos acadêmicos publicados entre 2019 e 2023.

#### **1.4 Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa científica de abordagem qualitativa. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, proposta por Bardin. Segundo Mozzato e Grzybovski (2011, p. 04), a análise de conteúdo de Bardin se refere a “um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados”. Essa pesquisa se propõe, considerando o percurso concebido até o momento, a enveredar por uma revisão de literatura que transita entre o enfoque sistemático e o analítico, buscando contribuir para a identificação de fontes de pesquisa relevantes para profissionais da Psicologia Escolar e Educacional. Esses profissionais, frequentemente, enfrentam desafios ao realizar tratamentos e acompanhamentos individuais de estudantes surdos/as e, portanto, necessitam de uma base teórica sólida que os auxilie em suas práticas. Além disso, a revisão visa debater o que a literatura acadêmica apresenta acerca do problema de pesquisa definido para a dissertação.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em textos encontrados na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), incluindo teses, dissertações e periódicos acadêmicos. Reconhecendo a relevância e a amplitude do Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES, também utilizamos o *Google Acadêmico* como fonte complementar, para ampliar o escopo da pesquisa e estabelecer um comparativo entre os resultados obtidos.

O Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES é exclusivo para produções acadêmicas de programas de Mestrado e Doutorado, enquanto o *Google Acadêmico* oferece uma consulta mais ampla e popular, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Não se trata de valorizar o *Google Acadêmico* em detrimento de outras fontes, mas de reconhecer sua potencialidade como repositório de produções científicas e debates acadêmicos que podem contribuir de forma significativa para o campo da Psicologia Escolar e Educacional. Essa abordagem visa facilitar o acesso a informações relevantes para profissionais que lidam com estudantes surdos/as, não alfabetizados/as em LIBRAS, promovendo um suporte teórico acessível e abrangente.

O *Google Acadêmico*, em nossa avaliação, destaca-se como um portal de buscas de acesso aberto e de ampla utilização pela sociedade. Ele indexa uma diversidade de materiais, incluindo artigos de revistas científicas, teses, dissertações, livros, resumos e relatórios técnicos. Essa diversidade permite o acesso a uma vasta gama de informações e perspectivas, incluindo trabalhos de fronteiras mais distantes, ampliando a riqueza de dados disponíveis para pesquisa. Além disso, os resultados geralmente são de acesso gratuito, possibilitando a leitura e o *download* dos materiais consultados, o que torna a plataforma uma ferramenta valiosa para profissionais da Psicologia Escolar e Educacional interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre o atendimento a estudantes surdos/as.

Para iniciar uma revisão sistemática, três etapas são essenciais: definir o objetivo da revisão; identificar a literatura relevante e; selecionar os estudos a serem incluídos (Lopes; Fracolli, 2008; Lopes; Bouzon; Carneiro Neto, 2024; Sampaio; Mancini, 2024; Nunes; Barbosa; Nunes, 2021). Estas etapas ajudam a alinhar a pergunta de pesquisa com a busca de informações, avaliação crítica e síntese dos dados selecionados. As revisões sistemáticas oferecem um resumo claro e abrangente de todos os estudos sobre uma intervenção, permitindo a incorporação de resultados relevantes. Avaliam a consistência e generalização dos resultados entre diferentes populações ou grupos e identificam variações nos protocolos de tratamento. Permitem um estudo retrospectivo após a publicação de múltiplos estudos experimentais sobre um tema.

Segundo Sampaio e Mancini (2015), para muitos autores/as é costumeiro, em revisões sistemáticas, comunicar apenas os resultados positivos de ensaios clínicos, ou seja, os resultados das intervenções que tiveram efeito. Contudo, é relevante também apresentar os resultados negativos provenientes dos estudos, pois os/as profissionais que atuam na área precisam dessa informação para mudar suas práticas e construir possibilidades. A publicação, tanto dos aspectos positivos quanto dos negativos das intervenções, dos tratamentos e dos

estudos, favorecida pelas revisões sistemáticas, aumenta o conhecimento sobre sua eficácia e limitações. É nesse sentido que nos aproximamos da metodologia de revisão sistemática como possibilidades de estudo, investigação e identificação de produções que possam auxiliar na compreensão da problemática que definimos como central para nossa proposta: *como uma/a profissional da Psicologia Escolar e Educacional pode acompanhar um/a estudante surdo/a, ainda não alfabetizado em LIBRAS, em um tratamento individual?*

Uma revisão de literatura analítica, em consonância com Gil (2008), é um processo sistemático que envolve busca, análise e descrição detalhada de estudos relevantes em uma determinada área de conhecimento, assim como uma postura crítica, reflexiva e analítica de quem pesquisa. Esse processo analítico não se limita apenas à coleta de informações, mas também à crítica e avaliação, com o objetivo de identificar padrões, tendências, lacunas e debates no campo de estudo. O objetivo principal de uma revisão de literatura analítica é, após a investigação, “verificar e avaliar a relevância, criticamente, das informações já publicadas sobre um assunto específico” (Lakatos; Marconi, 2017, p. 68). Ao fazer esse movimento, a revisão fornece uma base teórica para pesquisas futuras, auxilia a contextualizar novos estudos desde o panorama existente de conhecimento. Isso permite que os pesquisadores e as pesquisadoras não apenas compreendam o estado atual da pesquisa, mas também identifiquem áreas que necessitam de investigação adicional (Gil, 2008).

Uma revisão de literatura analítica ajuda a definir o problema de pesquisa, justificar a relevância do estudo e estabelecer as bases para a metodologia a ser utilizada. Ao examinar criticamente os estudos anteriores, pesquisadores/as podem desenvolver hipóteses mais fundamentadas e delinear objetivos de suas investigações (Gil, 2008). Nesse sentido, Gil (2008) afirma que esse tipo de revisão também é essencial para evitar a duplicação de esforços de pesquisa, orientando para caminhos inovadores e inexplorados. Ao sintetizar e avaliar a literatura existente, a revisão analítica contribui para a construção de um corpo de conhecimento mais coeso e integrado, e pode promover avanços teóricos e práticos na área de estudo.

Embora frequentemente usados como sinônimos, a revisão de literatura sistemática, na compreensão de Lopes, Bouzon e Carneiro Neto (2024, p. 11), é uma “ferramenta essencial para a produção de conhecimento científico confiável e para embasar políticas, práticas e decisões em diversas áreas do conhecimento”, caracteriza-se pelo delineamento de estudo conduzido com abordagem sistemática e descrição objetiva da evidência sumarizada. Por outro lado, a revisão de literatura analítica é mais abrangente e flexível, permitindo uma visão geral sobre um tema, sem seguir protocolos específicos. A revisão sistemática da literatura visa

demonstrar resultados, enquanto a analítica faz análises e abrange diferentes pontos de vista acerca dos resultados (Lakatos; Marconi, 2017).

Nessa perspectiva, caminhamos para um esforço em aproximar a revisão sistemática e a revisão analítica, considerando a especificidade do estudo em proposição que, além da busca por dados nas bases de periódicos e de teses e dissertações da CAPES – mais específicos do âmbito universitário e de programas *stricto sensu* em Educação – também considera uma ampliação para buscas no *Google Acadêmico*, que pode apresentar estudos que ultrapassem as fronteiras universitárias e pode retornar com pesquisas de âmbitos diversos, com respaldo de comunidades científicas e maior facilidade de acesso para profissionais.

Para o desenvolvimento da presente proposta de pesquisa dissertativa, seguimos pela revisão sistemática, tipo de pesquisa que utiliza a literatura existente como fonte de dados para um tema específico (Lopes; Fracolli, 2008). Este tipo de investigação resume as evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, utilizando métodos explícitos e sistematizados, o que melhora o poder estatístico e a precisão das estimativas de efeito. Esse tipo de pesquisa se distingue pela rigorosa síntese de uma vasta quantidade de estudos primários, focados no mesmo tema. Dessa forma, os resultados das pesquisas selecionadas se tornam o objeto de estudo (Lopes; Fracolli, 2008). Para Lopes e Fracolli (2008), o objetivo dessa modalidade de pesquisa é confirmar efetividades de intervenção. Essa perspectiva se mostra interessante para nossa proposta de estudo.

Para ambas as bases de dados, optamos pelos seguintes fatores de inclusão: material veiculado em língua portuguesa, atenção especial a produções que aparecem nas duas bases, publicações dos últimos cinco anos (2019-2023) e ordem de relevância apresentada por cada portal: consideramos os vinte (20) primeiros trabalhos apresentados. Definimos as buscas pelos termos que escolhemos por serem centrais na problemática de levantamos: Psicologia Escolar e Educacional e psicoterapia de estudantes surdos/as; surdos/as não alfabetizados em LIBRAS e Tratamento psicoterapêutico individual. A seleção foi realizada com base na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos achados e na relação com a pergunta central: como um/a profissional da Psicologia Escolar e Educacional pode acompanhar um/uma estudante surdo/a não alfabetizado/a em LIBRAS em tratamento psicoterapêutico individual?

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

O problema de pesquisa que orienta este estudo é assim definido: *O que versam os trabalhos acadêmicos publicados entre 2019 e 2023 a respeito das possibilidades e limites para o tratamento e acompanhamento individual da Psicologia Escolar e Educacional de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS para a constituição de suas subjetividades?* Este problema direcionou as buscas realizadas e organiza as análises apresentadas nesta revisão, com o compromisso de identificar as contribuições teóricas e empíricas para responder à problemática central.

Ao revisar os trabalhos relacionados à temática, constatamos que, embora apresentem limitações para um aprofundamento direto sobre o problema de pesquisa, os estudos permitem sondagens importantes. As informações coletadas indicam possibilidades de tratamentos individuais para estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS, desenvolvidos por profissionais de Psicologia Escolar e Educacional. Essa limitação de profundidade não representa um ponto fraco da pesquisa, mas revela que se trata de uma área ainda pouco explorada, demandando estudos mais específicos.

Contudo, as análises realizadas nesta revisão sistemática e analítica da literatura proporcionaram correlações relevantes, permitindo gerar conclusões fundamentais que ampliaram a compreensão da problemática proposta. Essas contribuições incluem conceitos, estratégias, sistematizações e reflexões metodológicas que enriquecem a base teórica e podem orientar o desenvolvimento dos capítulos seguintes da dissertação. As categorias de análise emergentes abrangem: a relevância do uso da LIBRAS no contexto psicoterapêutico; estratégias de comunicação inclusiva, como pantomima e gestos; os desafios enfrentados pelos/as profissionais na adaptação de práticas ao atender estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS. A seguir, apresentamos os principais estudos analisados.

“Psicoterapia para pessoas com surdez: um processo de inclusão”. Autoras: Vanessa Alves Pereira (Mestra em Educação – UEMS), Karoliny Vilela Araújo (Especialista em Gestão Pública Municipal) e Jucineide Lima de Almeida Silva (Especialista em LIBRAS-Educação Especial – FAEL). Este artigo de revisão, encontrado no *Google Acadêmico*, destaca a importância da relação entre a Psicologia e as pessoas surdas. Seu objetivo central é investigar como a Psicologia pode contribuir para a inclusão do sujeito surdo em processos psicoterapêuticos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e explorando práticas clínicas com pacientes surdos/as.

Como resultado, destaca que a Psicologia busca métodos psicoterapêuticos para atender surdos/as, incluindo capacitação em LIBRAS. A inclusão social é destacada como intrinsecamente ligada à Psicologia, ressaltando a necessidade de ampliar o material científico sobre o tema (Pereira; Araújo; Silva, 2020).

“A acessibilidade da Psicologia clínica a pessoas surdas”. Autoras. Débora Carvalho de Araújo (Graduada em Psicologia – Unifan) e Isadora Samaridi (Mestra em Psicologia – PUC/GO). Este artigo explora a importância de promover acessibilidade e formação adequada para psicólogos/as no atendimento a pessoas surdas. Por meio de uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica, a pesquisa destaca as dificuldades enfrentadas por surdos/as ao buscar apoio psicológico e reforça a necessidade de capacitação profissional (Araújo; Samaridi, 2023).

“Educação de surdos: trajetória e perspectivas na legislação”. Autores: Miquéias Ambrósio dos Santos (Doutorando – PUC-RS), João Bernardes da Rocha Filho (Pós-doutor – PUC-Chile) e Emanuella Silveira Vasconcellos (Doutoranda – PUC/RS). Este texto aborda questões relevantes sobre a trajetória histórica e as perspectivas legais da educação de pessoas surdas no Brasil. Destaca como a legislação molda a inclusão e analisa as possibilidades de melhorias futuras (Santos; Rocha Filho; Vasconcelos, 2023).

“Atuação da psicologia no atendimento psicoterapêutico às pessoas surdas: desafios e possibilidades”. Autora: Bárbara de Oliveira Figueiredo (Graduada em Psicologia – Unileão), publicado no *Google Acadêmico*, trata sobre o papel da Psicologia no contexto do atendimento a indivíduos surdos/as, concentra-se nos desafios enfrentados por profissionais e nas possíveis soluções para garantir uma inclusão efetiva. A metodologia adotada se baseia em pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória qualitativa. A abordagem, que considera aspectos psicológicos, linguísticos e culturais, reconhece a complexidade do tema. Além disso, destaca a importância da LIBRAS como meio legítimo de comunicação para a comunidade surda. A pesquisa enfatiza a necessidade de capacitação profissional, tecnologias acessíveis e mudança cultural para promover uma sociedade inclusiva e acolhedora (Figueiredo, 2023).

O texto analisado, “Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da LIBRAS no Brasil: uma revisão de literatura”, de Jesaías Leite Ferreira Junior (Graduado em Psicologia pela UFPB), Henrique Jorge Simões Bezerra (doutor em Psicologia cognitiva pela UFPB) e Edneia de Oliveira Alves (doutora em Psicologia social pela UFPB), disponível no *Google Acadêmico*, destaca a importância da inclusão de pessoas surdas na Psicologia Clínica. Ressalta que a utilização da LIBRAS é fundamental para garantir a acessibilidade e a comunicação efetiva.

No que diz respeito aos desafios enfrentados, o artigo aponta que a fluência em LIBRAS por parte de profissionais é um desafio significativo. Além disso, são mencionadas barreiras culturais e a falta de conhecimento sobre a comunidade surda. Em relação às perspectivas futuras, o artigo observa que o movimento de atendimento psicológico em LIBRAS está crescendo, porém, ainda há muito a ser feito. Destaca que a sensibilidade cultural e a capacitação adequada são essenciais para uma prática inclusiva. No entanto, o artigo enfatiza a necessidade de uma Psicologia mais sensível e adaptada às necessidades das pessoas surdas, para promover uma inclusão e bem-estar (Ferreira Junior; Bezerra; Alves, 2021).

A dissertação de Marineide da Silveira Chaves (Mestre em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense), intitulado “A diversidade na surdez: criação de um guia para o ensino de surdos oralizados”, destaca a surdez como condição humana, resultando em uma diversidade de indivíduos surdos/as não reconhecidos plenamente pela sociedade e, por vezes, pelos/as seus/as professores/as. Desse modo, muitos dos atendimentos específicos lhes são negados, por exemplo, o direito de um/a intérprete para acesso à educação e como meio de comunicação.

O objetivo central foi desenvolver um guia para atuação de professores/as na conduta e no atendimento dos/as estudantes surdos/as oralizados/as que desconhecem e não usam a LIBRAS. Ao usar o guia no processo educacional, ampliam-se as abordagens tecnológicas que parecem possibilitar e auxiliar na proposta inclusiva. A pesquisa debate a necessidade de ampliar as discussões sobre a movimentação, o uso de tecnologias e as atitudes e expressões corporais docentes, como possibilidades de contribuir no processo de aprendizagem do/a estudante surdo/a oralizado/a (Chaves, 2021).

No achado com o título “Habilidade socioemocionais na Educação Inclusiva: *E-book* para professores da Educação Básica”, Simone Mendonça de Oliveira (Mestre em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense) debate a relevância dos aspectos psicológicos, sociais e emocionais como fundamentais na experiência de vida em tempos nos quais imperam as incertezas. Destaca que, por ser a escola um ambiente vivo e plural, reúne diferentes viveres, exige estratégias e dinâmicas dos/as professores/as e, principalmente, capacitação para auxiliar no processo de ensino e de acolhimento no contexto educacional.

A metodologia adotada se baseia na Nuvem de Palavras como fonte geradora de ideias e amplia as potencialidades da reflexão na atuação do/a professor/a como facilitador/a e do/a aluno/a, considerado/a protagonista. As fontes são bibliográficas. O texto da dissertação discorre que o/a professor/a pode desenvolver estratégias didáticas, caminhos diferentes, para



valorizar as diferentes possibilidades de aquisição do conhecimento. O trabalho teve o objetivo de resultar na elaboração de orientações e sugestões na forma de *e-book* (Oliveira, 2022).

Na dissertação “O psicólogo escolar como agente do processo de inclusão”, de Larissa Valentino Fernandez (Mestre pela Fundação Owaldo Cruz, em Educação Profissional em Saúde), percebemos um esforço em compreender a organização das políticas públicas sociais no contexto da sociedade capitalista. O texto objetivou pesquisar a atribuição do/a psicólogo/a escolar e suas possíveis contribuições, de acordo com suas competências, no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência.

Adotou, como procedimentos metodológicos, a revisão sistemática da literatura e um levantamento bibliográfico, pesquisando sobre o processo histórico da inclusão e as políticas públicas destinadas à Educação Inclusiva. Ao finalizar, o trabalho discute como os recentes planos políticos de educação impactam, também, o Ensino Superior, sobretudo durante o governo brasileiro de 2018 a 2022, afetando a formação de psicólogos/as escolares (Fernandez, 2023).

Em “A política nacional de inclusão de pessoas com surdez na educação básica: história, avanços e desafios”, de Naira Biagini Maltoni (Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), o tema de estudo foram as políticas públicas de inclusão escolar das pessoas com surdez. Apresentou como objetivo explorar a articulação dos diferentes entes federativos na oferta de educação escolar para alunos/as com surdez. No âmbito da pesquisa, também se ocupou com as maneiras como os sistemas de ensino organizam, em escolas regulares, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para pessoas surdos/as.

Como procedimentos metodológicos, utilizou a pesquisa bibliográfica e análise documental, com documentos oficiais referentes a legislações do país sobre os direitos dos/as alunos/as surdos/as matriculados/as na Educação Básica. Constatou que, apesar de avanços ocorrerem na comunidade surda, em termos de educação, a pesquisa enfatiza que as pessoas surdas ainda sofrem exclusão e inúmeros desafios em relação à política nacional (Maltoni, 2023).

Consideramos, após os caminhos da investigação, das buscas realizadas e das análises bibliográficas, que os artigos científicos, as dissertações e as teses dialogam, de algum modo, com a temática que projetamos para o desenvolvimento desta dissertação. Portanto, podem contribuir com evidências, exemplos e análises para a argumentação da problemática. Podem, nesse sentido, contribuir para uma compreensão mais profunda e detalhada do tema, ao despertar para reflexões e indicar possibilidades para psicoterapias individuais com estudantes ainda não alfabetizados em LIBRAS. É nesse sentido que nos baseamos nas palavras do filósofo

José Carlos Köche (2011, p. 29), quando escreve que “A investigação científica é a construção e a busca de um saber que acontece quando se reconhece a ineficácia dos conhecimentos existentes, incapazes de responder de forma consistente e justificável às perguntas e dúvidas levantadas”.

Reconhecer as insuficiências, os limites e as dificuldades da ciência até o momento, além de demonstrar que o conhecimento científico é um processo em constante construção e contingente em suas conclusões, permite-nos continuar a busca por respostas, a realização de pesquisas e o aprendizado. Esse movimento possibilita investigar cientificamente e reconhecer “a crise de um conhecimento já existente e tentar modificá-lo, ampliá-lo ou substituí-lo, criando um novo que responda à pergunta existente” (Köche, 2011, p. 31). Novas perspectivas e evidências podem contribuir significativamente para a construção de novos saberes e realidades.

Comprendemos que, após o levantamento bibliográfico, os conhecimentos disponíveis sobre nossa problemática ainda são superficiais e insuficientes, especialmente no que se refere à psicoterapia individual de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS. No entanto, os estudos encontrados enriqueceram nossa perspectiva teórica e ampliaram nosso entendimento sobre o tema. Essas contribuições oferecem fundamentos essenciais para construir uma base teórica robusta, que pode auxiliar no desenvolvimento dos capítulos subsequentes da dissertação.

Os achados da revisão de literatura apresentam dados que sustentam e fortalecem nossa proposta, além de contribuir para uma compreensão mais ampla sobre como o/a profissional de Psicologia Escolar e Educacional pode tratar e acompanhar, em psicoterapias individuais, estudantes surdos/as que ainda não utilizam LIBRAS. De que maneira essa contribuição pode ser projetada? Os textos revisados destacam meios, estratégias e ferramentas que auxiliam no acompanhamento psicoterapêutico individual de estudantes surdos/as, trazendo contribuições científicas relevantes e estabelecendo diálogos com a demanda apresentada nesta pesquisa. Por fim, reconhecemos que, embora os conhecimentos sobre nossa problemática sejam ainda incipientes, os estudos encontrados enriquecem a perspectiva teórica e ampliam as concepções necessárias para sustentar o desenvolvimento da dissertação.

A análise dos dados, realizada sob uma perspectiva hermenêutica e dialética, permite interpretar as posições teóricas e as compreensões contidas na bibliografia e teorias selecionadas. Além disso, promove diálogos entre diferentes abordagens, estabelecendo uma linha de sustentação teórica que se aproxima da problemática definida para esta dissertação.

### **3 A LEGISLAÇÃO NACIONAL BRASILEIRA NA HISTÓRIA DE COMPREENSÃO E DEFINIÇÃO DE PESSOA SURDA**

A legislação brasileira é fundamental para compreender a inclusão de pessoas surdas no contexto educacional e social. Normas, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o Decreto n. 5.626/2005, que regulamenta a LIBRAS, fornecem diretrizes essenciais para garantir direitos e promover a equidade. Essa seção aborda como essas leis definem e protegem as pessoas surdas, oferecendo um panorama das principais regulamentações que sustentam a inclusão educacional.

O primeiro momento da proposta de dissertação, no debate teórico, enfrenta as compreensões conceituais da legislação educacional brasileira atual sobre pessoa surda. Na elaboração deste capítulo, abordaremos os principais elementos que compreendem o bilinguismo e o contexto escolar. Discutiremos os aspectos legais relacionados às contribuições da LIBRAS no processo de inclusão e sua influência na construção da identidade da pessoa surda.

Desde a década de 1990, com a ascensão de movimentos sociais que exigiam o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, o Brasil começou a implementar políticas públicas que tratavam da inclusão de pessoas surdas. Esse avanço culminou em marcos importantes, como a Lei n. 10.436/2002, que reconheceu oficialmente a LIBRAS, e o Decreto n. 5.626/2005, que regulamentou sua aplicação em diferentes áreas, incluindo a educação. Apesar de representar um marco, a implementação da Lei n. 10.436/2002 enfrentou desafios consideráveis, especialmente relacionados à capacitação de profissionais. A ausência de intérpretes e de materiais didáticos adaptados dificultou a aplicação prática da LIBRAS como ferramenta inclusiva nas escolas e no atendimento clínico de estudantes surdos/as.

Exploraremos os conceitos e teorias que fundamentam o bilinguismo, destacando a relevância de uma educação bilíngue para as pessoas surdas. Nesse contexto, abordaremos os benefícios de proporcionar um ambiente escolar que valorize tanto o uso da LIBRAS quanto da língua portuguesa, reconhecendo a importância de ambas as línguas no desenvolvimento linguístico e acadêmico dos estudantes surdos/as. Além disso, discutiremos aspectos legais relacionados à inclusão educacional, analisando as políticas e leis que garantem o direito à acessibilidade linguística e educacional. Também destacaremos as contribuições da LIBRAS no processo inclusivo, ressaltando como a língua de sinais é um recurso valioso para a comunicação e interação das pessoas surdas na escola e na sociedade.

Ao longo das décadas, ocorreram transformações históricas e culturais significativas relacionadas ao conceito de surdez e à definição de pessoa surda. Para Figueiredo (2023, p. 5),

a condição que afeta a comunicação e a interação social das pessoas “pode influenciar significativamente seu bem-estar psicológico e emocional”. Historicamente, pessoas surdas já foram consideradas inválidas ou, em algumas épocas, associadas a ideias de punição divina. Esse contexto agravava o sofrimento ao incluir, além do problema físico e da discriminação, implicações sociais e psicológicas (Vianna, 2023). Tais dificuldades comprometiam o desenvolvimento integral das pessoas surdas e, ainda hoje, impactam a subjetividade de indivíduos que buscam, na escola, seus direitos à aprendizagem, à convivência social e à preparação para uma existência autônoma.

Atualmente, a compreensão da deficiência auditiva e da surdez evoluiu. Em conformidade com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024), pessoas surdas são definidas como “indivíduos que nasceram surdos ou que ficaram surdos antes de aprenderem a falar ou entender a fala, sendo casos de surdez pré-lingual” (Chaves, 2021, p. 27). Essas pessoas apresentam, caracteristicamente, problemas estruturais orgânicos ou sensoriais no sistema auditivo, geralmente de maneira profunda. Por outro lado, a deficiência auditiva se refere a indivíduos com perda auditiva moderada ou leve, que pode ser parcial ou total.

Contribui com esse entendimento Figueiredo (2023, p. 6), quando expressa que,

A surdez pode se manifestar em diferentes momentos da vida e apresentar causas diversas. Pode ser congênita, ocorrendo nas fases pré-natal e perinatal, adquirida ao longo da vida, ou surgir na fase pós-natal. As causas perinatais estão relacionadas a eventos durante a gestação, como doenças hereditárias, anomalias congênitas ou complicações no momento do parto. Por outro lado, a surdez adquirida está associada a doenças ou traumas que ocorrem em várias etapas do desenvolvimento após o nascimento. Essa variedade de origens destaca a complexidade da surdez como condição auditiva. Assim, existem níveis dessa perda quando os níveis mínimos em decibéis (dB) não são atingidos.

Ademais, é relevante destacar que “a surdez e a deficiência auditiva são termos frequentemente usados para descrever limitações na capacidade auditiva, mas possuem diferenças significativas em suas definições e implicações”. Nesse sentido, Vianna (2023) partilha da compreensão de Rodrigues (2020) e conceitua deficiência auditiva como a “perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo” (Vianna, 2023, p. 11). Descreve também que pessoa surda é “todo aquele que tem total ausência da audição, ou seja, que não ouve nada. E é considerado parcialmente surdo todo aquele cuja capacidade de ouvir, apesar de deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva” (Vianna, 2023, p. 11). Constatamos, portanto, que ambos apresentam dificuldades na capacidade auditiva e, conseqüentemente, carecem de adaptações e abordagens conforme as intensidades e circunstâncias da sua perda auditiva.

Assim como entendemos ser importante estabelecer uma diferença entre surdez e deficiência auditiva, é apropriado e respeitável compreender as terminologias utilizadas quando nos referimos às pessoas com deficiência, evitando termos inadequados, rótulos ou julgamentos. Para Figueiredo (2023, p. 6), é “imprescindível ponderar a respeito da utilização do termo ‘deficiente’, visto que este pode limitar o foco apenas à condição de deficiência, negligenciando a individualidade do sujeito além de sua condição”. A discriminação e a exclusão da pessoa com deficiência podem ocorrer de diferentes maneiras.

O capacitismo, terminologia que se refere ao preconceito, acontece por meio de atitudes e comportamentos de não igualdade dos direitos e das condições de cada pessoa, inclusive daqueles indivíduos que não estão acometidos por surdez ou deficiência auditiva ou qualquer outra deficiência. Sempre há condições que nos impedem de termos plenitude em tudo. Desse modo, saber como se comportar ou se dirigir à pessoa surda é, também, atitude, conduta social e ética que, além de valorizar as capacidades e potencialidades, demonstra respeito e reconhecimento de sua identidade e direitos.

O compromisso com a inclusão e a acessibilidade está garantido nas legislações, conforme refere Maltoni (2023, p. 19): “nos últimos anos, mais leis foram aprovadas e entraram em vigor trazendo mais direitos à população surda”. Entre a gama de normas da legislação brasileira, trazemos a Lei n. 14.768, de 22 de dezembro de 2023, que reconhece a surdez total em um dos ouvidos como deficiência auditiva e define o valor referencial da limitação auditiva. A perda auditiva é considerada deficiência quando é uma limitação de longo prazo na capacidade de ouvir. Desse modo, a pessoa com surdez total em um dos ouvidos tem os mesmos direitos previstos na LBI daquela que possui deficiência auditiva nos dois ouvidos, seja total ou parcial, o que define a deficiência auditiva bilateral.

Mesmo com a promulgação da lei que reconhece também a surdez unilateral como uma deficiência auditiva, não estamos preparados, enquanto sociedade, para inclusão e para proporcionar oportunidades iguais e equitativas para todas as pessoas. Diante desse contexto, independentemente da condição auditiva, explorar a influência das LIBRAS na construção da identidade da pessoa surda e investigar como o uso da língua brasileira de sinais pode fortalecer a autoestima e a conexão com a comunidade surda proporciona um senso de pertencimento e valorização da cultura surda, bem como contribui no tratamento e acompanhamento clínico na Psicologia Escolar e Educacional, em situações de psicoterapia individual para estudantes surdos.

Nesse sentido, não se pode esquecer da história da educação inclusiva e o embasamento legal que a sociedade brasileira, por meio das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado,

implementa com o público da deficiência auditiva. As políticas educacionais e a legislação relacionadas ao bilinguismo e à LIBRAS têm um papel fundamental na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades para as pessoas surdas no Brasil, no sentido de proporcionar comunicação, aprendizado e autonomia como direitos fundamentais de todo ser humano, especialmente no caso da proposta de pesquisa do presente projeto, quando tratamos de estudantes.

Tratando-se de direitos, a CF/88 assegura, em seu artigo 5º, inciso II, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e que temos “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988, s/p), cláusula pétrea que embasa outras leis, normas, decretos, estatutos e regulamentações. Maltoni (2023, p. 53) ensina que “quando falamos em inclusão, falamos em estrutura, em oferta, em direitos, em leis e regimentos” que se referem às pessoas com deficiência. São normas que visam proteger, amparar e promover os direitos fundamentais das pessoas, com especificidade àquelas mais vulneráveis. São as normas, as regras e a legislação que possibilitam a inclusão, porém, nem sempre cumpridas ou, por vezes, nem mesmo conhecidas. Nesse sentido, Maltoni (2023, p. 19) lembra que “apesar de datar de anos atrás, a luta da comunidade surda ainda se faz presente. Foram inúmeras conquistas, mas não se pode deixar de reconhecer que ainda é necessário avançar muito para que esse público possa gozar dos seus direitos de forma plena”.

Além disso, é pertinente destacar que a inclusão da pessoa surda vai além do cumprimento das legislações. É necessário um compromisso social e cultural que envolva a sensibilização da sociedade para a importância do respeito e valorização da diversidade. A educação inclusiva deve ser entendida como um processo contínuo, que promove a aprendizagem mútua e o crescimento pessoal para todos os envolvidos.

A capacitação dos profissionais da educação e o desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis são essenciais para garantir uma educação de qualidade para os estudantes surdos/as. A formação de professores/as e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas podem proporcionar um ambiente de aprendizado mais equitativo, no qual todos os alunos, independentemente de suas habilidades auditivas, possam desenvolver suas potencialidades.

Ademais, é importante promover a participação ativa das pessoas surdas na sociedade, valorizando suas contribuições e reconhecendo a importância de sua cultura e identidade. A LIBRAS é uma ferramenta poderosa nesse processo, pois permite a comunicação eficaz e a expressão plena das pessoas surdas. O reconhecimento e a difusão da LIBRAS contribuem para

a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, na qual a diversidade é respeitada e celebrada.

É fundamental que as políticas públicas e as ações da sociedade civil estejam alinhadas para promover a inclusão plena das pessoas com deficiência auditiva. A colaboração entre governos, instituições de ensino, organizações não governamentais e a comunidade surda é essencial para garantir que as conquistas alcançadas se traduzam em mudanças reais e duradouras na vida das pessoas.

A análise desse, já exausto e desgastado fragmento, desperta a preocupação de Maltoni (2023) e outros pensadores que embasam nossa discussão, para o fato de que nossa legislação se encontra distante da realidade vivenciada pelas pessoas com deficiências. Ou, em outro âmbito, apresenta-se como uma legislação interessante, com potencial, mas sem efetividade. Parece-nos interessante, na proposta de Ferreira Junior, Bezerra e Alves (2021, p. 553), tratar a surdez não como “uma deficiência, mas uma diferença”. Contudo, a cultura brasileira e a superficialidade com que são enfrentadas essas questões de inclusão consideram a pessoa surda “uma pessoa com deficiência, porque esta não se dá na surdez em si, mas em sua interação, enquanto lesão, com as barreiras que privam o surdo do acesso aos seus direitos constitucionais” (Ferreira Junior; Bezerra; Alves, 2021, p. 553). São essas barreiras que residem nas deficiências sociais, culturais, educacionais e científicas, pois impedem o exercício pleno dos direitos das pessoas surdas, limitadas pela falta de acessibilidade, reconhecimento e respeito.

Desse modo, para Ferreira Junior, Bezerra e Alves (2021, p. 553), “seria adequado dizer que o surdo é uma pessoa em situação de deficiência, visto que, na retirada das barreiras e no pleno gozo de direitos, ser surdo ou ouvinte seriam apenas características de indivíduos com participação social plena”. Trabalhar nesse sentido, para que a surdez seja vista somente como uma diferença, além de valorizar a identidade cultural das pessoas surdas, parece contribuir para a inclusão que se pretende.

Percebemos que a realidade da sociedade brasileira é outra e, apesar de significativas mudanças ocorrerem nas políticas de inclusão, como, por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a LBI da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) e o Decreto n. 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020, para instituir a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, convivemos diariamente com entraves que não permitem atender as demandas das pessoas com necessidades especiais.

Nas instituições de ensino, a situação não é diferente. Por diversos fatores de ordem cultural, econômica, social e estrutural-sistêmica, não ocorre o cumprimento do artigo 27 da

LBI, que afirma que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (Brasil, 2015, s/p). O próprio texto proposto pela Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, tem sido alvo de críticas de grupos de estudiosos da área da educação inclusiva e de educadores, pois “alegam que a política representa um retrocesso na inclusão de pessoas com deficiência”, no sentido de que “a nova redação estimula a volta da segregação, indo na contramão da perspectiva social que aponta para a eliminação das barreiras e promoção da acessibilidade” (Oliveira, 2022, p. 25-26).

Além disso, é pertinente destacar que a inclusão da pessoa surda vai além do cumprimento das legislações. É necessário um compromisso social e cultural que envolva a sensibilização da sociedade para a importância do respeito e valorização da diversidade. A educação inclusiva deve ser entendida como um processo contínuo, que promove a aprendizagem mútua e o crescimento pessoal para todos os envolvidos.

A capacitação dos profissionais da educação e o desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis são essenciais para garantir uma educação de qualidade para os estudantes surdos/as. A formação de professores e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas podem proporcionar um ambiente de aprendizado mais equitativo, no qual todos/as os/as alunos/as, independentemente de suas habilidades auditivas, possam desenvolver suas potencialidades.

Ademais, é importante promover a participação ativa das pessoas surdas na sociedade, valorizando suas contribuições e reconhecendo a importância de sua cultura e identidade. A LIBRAS é uma ferramenta poderosa nesse processo, pois permite a comunicação eficaz e a expressão plena das pessoas surdas. O reconhecimento e a difusão da LIBRAS contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, na qual a diversidade é respeitada e celebrada.

Por fim, é fundamental que as políticas públicas e as ações da sociedade civil estejam alinhadas para promover a inclusão plena das pessoas com deficiência auditiva. A colaboração entre governos, instituições de ensino, organizações não governamentais e a comunidade surda é essencial para garantir que as conquistas alcançadas se traduzam em mudanças reais e duradouras na vida das pessoas.

Além de todas essas medidas, é imprescindível que haja um acompanhamento contínuo e a avaliação das políticas públicas e ações de inclusão para garantir que elas estejam sendo efetivas e atendendo às necessidades da comunidade surda. Isso inclui a adaptação de materiais



didáticos, a oferta de intérpretes de LIBRAS em instituições de ensino e a promoção de campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças.

A criação de ambientes acessíveis e inclusivos não é apenas uma questão de cumprimento de legislações, mas um compromisso ético e social com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Cada passo dado em direção à inclusão das pessoas surdas é um avanço na luta por direitos humanos e pela valorização da diversidade.

A atuação do/a profissional de Psicologia, na perspectiva de Pereira e Silva (2022, p. 10), “tem um papel de suma importância na garantia de direitos das pessoas com deficiência, na eliminação de barreiras que dificultam seu pleno exercício cidadão, na aprendizagem e no enfrentamento ao preconceito estrutural que provoca sofrimento psicológico e exclusão”. A inclusão que, como afirmam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001, s/p), “representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades”, não se refere apenas à permanência física de alguns/algumas alunos/as junto aos/às demais estudantes. Incluir é mais do que oportunizar o acesso a um determinado local; vai além de acolher. Acolher deve ser uma prática nata, um processo constante, uma ação permanente que oportunize a inclusão de todos/as nos diferentes contextos e com atitudes organizadas “na perspectiva do acolhimento da demanda diversificada, respeitando e criando oportunidades (no sentido da equidade) para que possamos conviver com as diferenças” (Pereira; Silva, 2022, p. 10). Incluir, parece, nesse sentido, reconhecer a importância de cada um/a, seus protagonismos, suas singularidades, em ações, atitudes e compreensões que possibilitem autonomia e condições de organizar suas existências, participar e decidir as questões de suas vidas e se envolver com a comunidade.

Inclusão que Mantoan (1997 *apud* Maltoni, 2023, p. 42) define como uma “sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos”. Logo, incluir se torna responsabilidade de todos/as. Consideramos e concordamos com Larissa Valentino Fernandez (2023, p. 17) quando compreende que “o profissional de Psicologia poderia ser auxiliador no processo de inclusão”, especialmente ao desenvolver um processo de “escuta e a mediação como estratégias fundantes de sua atuação profissional”. Há, nessa perspectiva, encaminhamento para participação nos diferentes espaços e contextos, sejam eles sociais, educacionais, culturais e em tratamentos e acompanhamentos da Psicologia Escolar com estudantes ainda não versados/as em LIBRAS.

Parece ser, desse modo, que Fernandez (2023, p. 18) compreende “uma escuta voltada para compreensão de demandas”, de modo a considerar as subjetividades, para além do

diagnóstico de pessoa surda ou com surdez, mas para alguém que luta por espaços de igualdade. Desta forma, para Fernandez (2023, p. 17), contar com a articulação do/a profissional de Psicologia se faz relevante para que, por meio dele/a, “a inclusão seja reconhecida sempre como um processo de todos”. Psicólogos/as estão implicados/as na construção de uma educação inclusiva, acolhedora, humanista e integral e devem contribuir para a real efetivação e bom funcionamento dos processos educativos. Processos esses que se realizam com a valorização da individualidade e da subjetividade de cada estudante que precisa, que reivindica, demanda e demonstra necessidade de tratamento. Seja alfabetizado, versado em LIBRAS ou, no caso do estudo proposto no presente projeto, estudantes que ainda não são autônomos/as para se comunicarem em LIBRAS.

A inclusão ocorre quando convivemos e criamos uma cultura que proporciona a todos/as um ambiente acolhedor, que valorize a diversidade humana e viabilize que a pessoa em acolhimento possa ser compreendida em suas vivências, em suas expectativas e atendida em suas necessidades. Incluir tem um sentido de se colocar no lugar do/a outro/a, cuidar do/a outro/a. Portanto, é mais do que um direito garantido; precisa ser princípio de valorização das diferenças, assim como previsto na LBI (Brasil, 2015).

O uso da língua brasileira de sinais começou a ser estruturado no Brasil a partir do século XIX, inspirando-se no modelo francês. No entanto, o que se torna interessante, nesse momento, é compreender a LIBRAS ao longo da história do Brasil, no que concerne à pessoa surda, porque já foi, inclusive, proibida. Maltoni (2023) nos informa que a proibição do uso da língua de sinais no Brasil aconteceu em 1911. Somente em 1994 a importância dessa língua foi reconhecida, com a Declaração de Salamanca. E, apenas no ano de 2002, o Brasil reconheceu a LIBRAS como a primeira língua (L1) da população surda no país. A proibição somente evidencia o quanto a pessoa surda sofreu e ainda sofre discriminação, os “danos causados provavelmente nunca serão medidos, não por falta de fatos e provas, relatos e imaginação, mas, simplesmente, por ser imensurável o prejuízo que todos esses anos trouxeram para a comunidade surda” (Maltoni, 2023, p. 34).

A proibição da LIBRAS no território nacional partiu de Heinicke (*apud* Maltoni, 2023, p. 34), fundador do oralismo<sup>1</sup>, pois, segundo ele “a gesticulação atrapalhava o pensamento. Ele

---

<sup>1</sup> De acordo com Maltoni (2023, p. 35) “o oralismo preza pela fala, deixando de lado a língua de sinais e quaisquer outros tipos de comunicação. Após o Congresso de Milão, em 1880, o Oralismo se espalhou pelo mundo, sendo o método votado pelos congressistas como melhor opção para a educação de surdos. [...] para o Oralismo, o surdo deve ser igual ao ouvinte e, para isso, sua deficiência deve ser minimizada”. Sobre a metodologia, a autora explica que é “pautada no ensino de palavras e [...] respaldam-se na alegação de que o surdo tem dificuldade de abstração”. De acordo com a autora, por conta disso, a aprendizagem da fala “tem um peso maior do que aprender a ler e a escrever. Assim, o surdo é considerado como deficiente auditivo que deve ser curado, corrigido e recuperado”.

também dizia que o pensamento dependia da língua oral. Portanto, ensinar a língua de sinais era considerado um retrocesso”. Em 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi oficializada a LIBRAS como língua oficial por meio da Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, lei que a reconhece “como meio de comunicação e expressão dessas comunidades, trazendo garantias legais na área da saúde e a inclusão da disciplina de LIBRAS no currículo de alguns cursos de graduação” (Pasian; Rocha, 2024, p. 10), acontecimento que trouxe conquistas e benefícios significativos para a comunidade surda.

O Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou o uso da LIBRAS e previu a sua inclusão como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e optativa nos cursos de bacharelado. Muitos anos se passaram até oportunizar a igualdade e permitir a inclusão e a acessibilidade às pessoas surdas. A Declaração Universal de Direitos Humanos (2010) é um importante documento que orienta o processo de inclusão. Foi por meio dela que, “em 1994, a importância da língua gestual para a comunidade surda é reconhecida quando a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais adota a Declaração de Salamanca” (Maltoni, 2023, p. 26). Apesar desse reconhecimento, ainda enfrentamos desafios diários nas instituições de ensino. A necessidade de ajustar o currículo para incluir o componente curricular e desenvolver práticas de formação adequadas é essencial para promover uma educação mais inclusiva e eficaz.

Para compreender o âmbito dos sujeitos em análise nessa pesquisa, além do Decreto n. 5.626/2005 e da Lei n. 10.436/2002, a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 dispõe, também, sobre a LIBRAS. Em seu artigo segundo, considera pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais e, desse modo, manifesta sua cultura, principalmente, pelo uso da LIBRAS. A mesma legislação considera deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

A Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015, defende o direito à educação e, por meio do artigo 28, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a formação e a disponibilização de professores e professoras para atendimento educacional especializado. Também cabe ao poder público, viabilizar a oferta do ensino de LIBRAS, do Sistema Braille e de uso de recursos das tecnologias assistivas de forma a ampliar as habilidades, promover a autonomia e a participação. A Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a inclusão da pessoa com deficiência e está destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais,

visando inclusão e cidadania. Estabelece, ainda, que é dever do Estado, da família, da sociedade e da comunidade escolar, assegurar uma educação de qualidade à pessoa com deficiência.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, é essencial para a promoção da educação no Brasil. Define diretrizes e metas para o período de 2014 a 2024. Entre essas diretrizes, destacam-se a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na eliminação de todas as formas de discriminação. Além disso, o PNE valoriza os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. O PNE<sup>2</sup> para o período de 2024 a 2034, entre os objetivos e metas do plano, contempla a diversidade e a inclusão, entretanto, não traz propostas especificamente para a questão das pessoas surdas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, estabelece diretrizes e ações para garantir a inclusão de alunos/as surdos/as e promover o bilinguismo nas escolas. Essa política reconhece a necessidade de formação de professores/as em LIBRAS e prevê a oferta de serviços de tradução e interpretação em LIBRAS - português para estudantes surdos/as.

Outra importante ação foi a criação do Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei da LIBRAS e estabelece a obrigatoriedade de sua inclusão nos currículos dos cursos de formação de professores/as, tradutores/as e intérpretes, além de outras profissões que demandam o seu conhecimento e sua prática. Vemos aqui a potencialidade da LIBRAS nos tratamentos e acompanhamentos psicoterapêuticos individuais de estudantes surdos/as na Psicologia Escolar. No entanto, apesar dos avanços legislativos, ainda existem desafios a serem superados para a efetiva implementação das políticas educacionais relacionadas ao bilinguismo. É necessário investir na formação de professores/as capacitados/as em LIBRAS, bem como de profissionais de Psicologia, para garantir a acessibilidade aos ambientes educacionais e a tratamentos psicoterápicos com maior eficácia, personalizados, que possam contribuir com o desenvolvimento das subjetividades e identidades das pessoas surdas.

As políticas públicas viabilizadas pela legislação em vigência para a educação inclusiva no Brasil, mais especificamente para pessoas surdas, parecem promover a inclusão e o desenvolvimento integral e reconhecer a importância da LIBRAS como língua de identidade e

---

<sup>2</sup> O Projeto de Lei (PL) n. 2614/2024, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), para o período de 2024-2034, foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 26 de junho de 2024. O texto segue ao Congresso Nacional. Enquanto os debates se desenvolvem, o PNE 2014-2024 foi prorrogado até o final de 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/governo-encaminha-projeto-do-novo-pne-ao-congresso-nacional-1>.

cultura. Desse modo, operam na defesa do direito à educação bilíngue, que respeita e valoriza a diversidade linguística e cultural de cidadãos e cidadãs surdos/as. Conforme o artigo 60-A, por educação bilíngue de pessoas surdas, podemos compreender:

[...] a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (Brasil, 2021, s/p).

Justamente nesse aspecto da educação inclusiva se apresenta nossa preocupação no tratamento e acompanhamento de estudantes surdos/as, não alfabetizados/as em LIBRAS, que precisam de psicoterapias individuais em Psicologia Escolar e Educacional. Como discutido, a língua brasileira de sinais desempenha um papel importante no processo inclusivo e permite que as pessoas surdas se comuniquem e participem da sociedade com mais autonomia. As contribuições da LIBRAS são vastas e impactam diversas áreas da vida diária. Uma das suas principais contribuições é a promoção da inclusão educacional e para além da escola, nos espaços em que as pessoas precisam circular e nos quais desenvolvem suas existências, tanto enquanto cidadãos/ãs e, em tratamentos de saúde, como no caso de tratamentos e acompanhamentos psicoterapêuticos em Psicologia Escolar e Educacional. Por meio dessa língua, os/as estudantes surdos/as conseguem se comunicar com professores/as e colegas, participar de aulas e atividades escolares, manifestar suas demandas e necessidades e ser compreendidos/as e auxiliados/as com dignidade nos diversos espaços e serviços sociais, culturais, clínicos e pedagógicos.

No entanto, é importante ressaltar que a inclusão não se resume à alfabetização e letramento em LIBRAS por parte de estudantes surdos/as. A sociedade brasileira precisa, também, desenvolver processos de formação que envolvam a coletividade, de modo que o bilinguismo constitua a formação básica para todos/as. A inclusão envolve compromisso efetivo da coletividade, como estabelecer comunicação em serviços mais especializados e criar laços, vínculos, relações, possibilidades de auxílio, ajuda, para contribuir com as pessoas surdas, especialmente, estudantes não alfabetizados/as, letradas/os em LIBRAS. Na realidade oposta, como os profissionais de Psicologia Escolar e Educacional em tratamento e acompanhamento psicoterapêutico individual com estudantes surdos/as ainda não alfabetizados/as em LIBRAS, podem contribuir, auxiliar, operar seus serviços? Políticas públicas precisam ser pensadas de modo ampliado para efetivar a acessibilidade, a equidade, a

educação de formação integral inclusiva e, nesse processo de constituição das subjetividades, criar fóruns de participação, de envolvimento, canais de participação para a população surda.

Ao compreendermos desse modo que “A perspectiva inclusiva não é o capítulo final da inclusão social de pessoas com deficiência, mas pode ser um caminho, uma ponte para ir se conquistando a igualdade” (Fernandez, 2023, p. 70) e a inclusão, não como proposta limitada às pessoas surdas, incorporamos a crítica ao ensino e formação de LIBRAS, não como exclusividade para pessoas da comunidade restrita, mas de modo amplo para a sociedade. Assim, parece-nos mais efetiva a inclusão, porque as pessoas surdas podem circular no cotidiano social e no desenvolvimento dos aspectos e dimensões individuais, particulares, com naturalidade, seguras da dinamização cultural inclusiva e da acessibilidade em espaços privados, públicos, no trabalho, na escola, nas instituições e organismos diversos e encontrar profissionais com mais facilidade de comunicação e atendimento de suas necessidades. Desse modo, as pessoas surdas podem se expressar em sua língua materna, o que contribui para o desenvolvimento de sua identidade cultural e pessoal, e crescer em sua subjetividade porque há comunicação, trocas naturais e culturais, transmissões de tradições, de valores e de conhecimentos.

Aprender e usar LIBRAS – ser autônomo/a, versado/a – desde cedo também parece ser interessante, porque ajuda no desenvolvimento de uma autoimagem positiva e uma identidade surda saudável. Além disso, parece viabilizar os tratamentos psicoterápicos em Psicologia Escolar e Educacional e acompanhamentos individuais de estudantes surdos/as. Uma possibilidade de comunicação por meio da visão que capta mensagens e movimentos, transmitidos na maioria das vezes com as mãos, ou uma língua espacial visual “rica, considerada completa, existindo simultaneamente com as línguas orais, sendo, portanto, independente e caracterizada por ter estrutura gramatical própria e complexa, com regras fonológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas e pragmáticas” (Santos; Rocha Filho; Vasconcelos, 2023, p. 10), além de ser uma estratégia de se comunicar, as pessoas surdas se valorizam, compreendem sendo compreendidas, fortalecem, nessas relações, sua autoconfiança e autoestima.

Continuamos nossa preocupação em compreender o que é a pessoa com surdez para a legislação educacional especial, em vigência no Brasil, apreensão decorrente da sua história de exclusão, tanto nas políticas públicas, quanto na sociedade. A “educação das pessoas surdas e com deficiência auditiva, ora foi marcada pela fase da exaltação, ora da exclusão, o que impactou, de forma negativa, no ingresso dessas pessoas aos mais diversos espaços educacionais” (Pasian; Rocha, 2024, p. 2), fato que nos leva a deduzir que outros espaços

públicos e exigentes do domínio de LIBRAS para efetividade, como é o caso dos tratamentos psicoterápicos em Psicologia Escolar e Educacional, também sofrem limitações em suas ações e perturbam a condição humana de estudantes surdos/as que necessitam de tratamentos.

Diferentes momentos e marcos legais sinalizam a educação de pessoas surdas no Brasil, entretanto, a luta por uma sociedade inclusiva e equitativa para a pessoa surda não finda, assim como a garantia da dignidade às pessoas com deficiência. Queremos uma legislação educacional que, independentemente da condição auditiva dos/as estudantes, promova efetivamente uma educação acolhedora, inclusiva, acessível e bilíngue, com valorização e garantias à pessoa surda de seu desenvolvimento, com práticas educacionais adaptadas a suas necessidades e reconheça suas potencialidades. Podemos, então, descrever, sustentados/as e fundamentados/as a partir das referências teóricas analisadas, que a pessoa com surdez é aquela que apresenta deficiência auditiva.

Nessa perspectiva, e diante do aparato jurídico estudado e mencionado, percebemos que existe uma preocupação no que tange às políticas públicas educacionais e aos direitos da inclusão das pessoas surdas nas escolas. Trata-se da importância de reconhecer a pessoa com surdez e o seu direito à educação inclusiva e bilíngue, sempre respeitando sua identidade linguística e cultural. Observa-se, também, um enfrentamento constante contra o preconceito, a discriminação e a exclusão de modo a permitir à pessoa surda a construção do seu conhecimento científico.

Pessoas surdas têm direito de matrícula nas escolas regulares nos diferentes níveis da educação, assim como garante a CF/88. Entretanto, Santos, Rocha Filho e Vasconcelos (2023, p. 5) alertam ao afirmarem que “avanços no sentido da legislação são visíveis, sendo necessárias discussões e oferecimento de condições para a sua efetivação na estrutura de ensino”. Os autores continuam confirmando que “não basta matricular as pessoas surdas em escolas regulares sem oferecer-lhes condições que as ponham em igualdade de oportunidades com os demais alunos” (Santos; Rocha Filho; Vasconcelos, 2023, p. 4). A educação, nesse sentido, com equidade e garantia de direitos, torna-se possibilidade para o/a estudante surdo/a consolidar suas necessidades conforme sua condição e se desenvolver plenamente como pessoa e ser de convívios e relacionamentos.

A distinção entre pessoa surda e pessoa com surdez vai além de uma questão terminológica; ela reflete as nuances envolvidas na legislação brasileira e nas políticas de inclusão social, educacional e de acessibilidade. Com a promulgação da Lei n. 14.768/2023, foram introduzidas atualizações importantes, especialmente no que se refere à ampliação dos

direitos para pessoas com surdez unilateral, que antes não eram reconhecidas no rol das deficiências.

A pessoa surda é caracterizada por uma perda auditiva significativa, que geralmente afeta ambos os ouvidos, com um *déficit* auditivo superior a 41 decibéis, conforme definido por critérios audiológicos. Esse nível de perda tem impacto direto na comunicação oral, o que muitas vezes leva essas pessoas a utilizarem a LIBRAS como seu principal meio de interação e comunicação. A LIBRAS, reconhecida oficialmente pela Lei n. 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto n. 5.626/2005, garante às pessoas surdas o direito de utilizar sua língua natural em diversas esferas, incluindo a educação, o trabalho e o acesso a serviços públicos. Dessa forma, a inclusão da pessoa surda está intrinsecamente ligada ao uso e à disseminação de LIBRAS, bem como à presença de intérpretes em espaços nos quais a comunicação ocorre predominantemente de maneira oral.

Por outro lado, o termo pessoa com surdez engloba uma variedade mais ampla de condições auditivas, incluindo tanto a surdez unilateral quanto a bilateral. Até recentemente, a surdez unilateral não era considerada dentro do escopo das deficiências pela legislação brasileira. No entanto, com a nova Lei n. 14.768/2023, essa realidade mudou, ampliando o conceito de surdez e garantindo às pessoas com perda auditiva em apenas um dos ouvidos o acesso aos mesmos direitos que antes eram conferidos apenas àquelas com surdez bilateral. Isso inclui, por exemplo, o direito a benefícios sociais, o acesso prioritário a serviços e oportunidades de trabalho, e a inserção em programas educacionais especializados.

A diferença entre essas categorias, portanto, não é apenas de natureza técnica, mas reflete o impacto direto que a perda auditiva tem na vida do indivíduo. Pessoas surdas, que muitas vezes se comunicam primordialmente por LIBRAS, enfrentam desafios em um mundo majoritariamente ouvinte, no qual a linguagem oral é dominante. Já as pessoas com surdez, especialmente aquelas com surdez leve ou unilateral, podem ainda manter algum nível de comunicação oral, o que pode resultar em desafios diferentes, como a falta de percepção da deficiência por parte de terceiros e a subestimação de suas necessidades de inclusão.

Além disso, a nova legislação visa garantir a igualdade de condições para todos e todas que enfrentam barreiras auditivas, reconhecendo as implicações socioeconômicas, educacionais e profissionais dessa deficiência. As mudanças introduzidas pela Lei n. 14.768/2023, também enfatizam a necessidade de adaptações nos ambientes de ensino e de trabalho, de modo a incluir plenamente essas pessoas, respeitando suas particularidades.

Assim, a distinção entre pessoa surda e pessoa com surdez é essencial para que a legislação brasileira promova uma inclusão verdadeira e equitativa, garantindo que ambos os



grupos sejam atendidos em suas necessidades específicas, ao mesmo tempo que recebem o reconhecimento e o respeito devido às suas condições. Essa distinção é fundamental do ponto de vista jurídico e para assegurar que a sociedade compreenda e valorize as diferentes formas de vivência da deficiência auditiva e promova uma inclusão mais efetiva e consciente.

## **4 PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS**

A Psicologia Escolar e Educacional desempenha um papel central no suporte a estudantes, especialmente aqueles/as que enfrentam barreiras linguísticas, como os surdos/as. Essa seção explora os conceitos e fundamentos dessa área, discutindo sua importância na promoção do desenvolvimento integral e na inclusão de estudantes. Também são abordadas as práticas e desafios enfrentados por profissionais ao trabalhar com este público.

### **4.1 Compreensões de Psicologia Escolar e Educacional e tratamento psicoterapêutico individual**

O objetivo desse capítulo é compreender o campo de atuação da Psicologia Escolar e Educacional e de psicoterapia individual na perspectiva de que há estudantes surdos/as que ainda não são versados/as, alfabetizados/as em LIBRAS e precisam de tratamentos em clínicas de psicologia.

A Psicologia percorre diversas áreas e complexidades dos seres humanos na intencionalidade de possibilitar conhecer o comportamento dos indivíduos, seus processos mentais e suas relações. “No contexto clínico, a psicologia olha para o sujeito de forma singular e acolhedora, considerando a intersubjetividade do sujeito e suas diferenças” (Pereira; Araujo; Silva, 2020, p. 9). Dessa forma, o contexto social dos sujeitos, a constituição da sua subjetividade, passou a fazer parte dos consultórios, enquanto Psicologia Clínica, mas também da Psicologia Escolar e Educacional, além de atender a demanda do adoecimento psíquico dos sujeitos. Aprofundou o conhecimento sobre as características físicas que fazem parte das suas identidades e carecem da atenção da Psicologia na dimensão clínica.

Esse desenvolvimento reflete uma busca constante pelo entendimento da complexidade do comportamento humano e das abordagens terapêuticas que oportunizem a promoção da saúde mental e do bem-estar dos sujeitos. Compreender a subjetividade, valorizar a individualidade, conduz para a percepção mais profunda da condição humana e considera suas especificidades ou circunstâncias que requerem cuidado e a atenção da Psicologia Escolar e Educacional. Na compreensão de Pereira, Araújo e Silva (2020, p. 22),

A demanda de pessoas que precisam de psicoterapia é grande, e o profissional da psicologia tem que estar atento às variadas formas de intervenções existentes, pois cada ser humano possui sua particularidade e subjetividade, trazendo consigo problemáticas diferentes. Deste modo, o psicólogo tem que ser flexível e criativo.

Nesse modo de compreender, Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado e Maria de Lourdes Teixeira (2008, p. 104) ressaltam, em relação à atuação, que o/a psicólogo/a é um/a “profissional que trabalha a partir dos conhecimentos da Psicologia, dando visibilidade e inteligibilidade à dimensão subjetiva e transformando-a quando é fonte de sofrimento ou quando há interesse em sua mudança”. Cumpre percebermos que seus trabalhos ressignificam vidas, auxilia que as pessoas possam ser sujeitos, indivíduos de ação e reflexão, capazes de transformar seu mundo, colaborar com a sociedade na qual vivem e desenvolver suas capacidades. Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2008), a Psicologia tem condições potencializar que os sujeitos se desenvolvem na “direção de maior autonomia de suas histórias de vida” e que cada indivíduo possa, desse modo, “interferir, a partir dos conhecimentos da psicologia, em aspectos da dimensão subjetiva da realidade” (Bock; Furtado; Teixeira, 2008, p. 104).

Consequentemente, a Psicologia Escolar e Educacional permite tratamento psicoterapêutico individual desde que, baseado nos estudos de Freud (1996; 2024), considere as maneiras pelas quais cada indivíduo procura encontrar satisfação para seus desejos, seus anseios, suas deficiências, devendo o “psicólogo ter conhecimento teórico não verbal. Os tratamentos clínicos em Psicologia, nesse sentido, ocorrem com recursos como desenhos, brincadeiras, leituras, escritas, expressões corporais e faciais” (Araújo; Samaridi, 2023, p. 47), para que haja comunicação entre o/a profissional da Psicologia e o/a estudante surdo/a, não autônomo em LIBRAS. Há a utilização, desse modo, da integração de abordagens e estratégias terapêuticas adaptadas às suas necessidades e habilidades e condições de comunicação (Freud, 1996; 2024).

Tais possibilidades de atendimento psicológico podem ser observadas no contexto da psicoterapia, conforme a Resolução n. 10, de 20 de dezembro de 2000, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que define e qualifica a psicoterapia como uma prática exclusiva do/a psicólogo/a.

Art. 1º – A Psicoterapia é prática do psicólogo por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos (CFP, 2000, p. 1).

Como expusemos nessa construção, de acordo com Pereira, Araújo e Silva (2020), atualmente há um considerável número de pessoas que precisam de tratamentos terapêuticos individuais e, entre estudantes, parece que a demanda se avoluma. Em consequência o/a

“profissional da psicologia tem que estar atento às variadas formas de intervenções existentes, pois cada ser humano possui sua particularidade e subjetividade, trazendo consigo problemáticas diferentes” (Pereira; Araújo; Silva, 2020, p. 21). As questões da diversidade, pluralidade e especificidades da inclusão, exigem um/a psicólogo/a que domine diferentes competências, além de conhecimentos teóricos, uma boa compreensão da natureza humana, criatividade, flexibilidade e empatia, no tratamento, acompanhamento e processos de ajuda com possibilidade de intervir conforme as necessidades e particularidades de seu/a paciente. Como em um caso clínico de pessoas com dificuldade auditiva que, por vezes, “não possuem visibilidade pela sociedade, sofrem com a exclusão” (Pereira; Araújo; Silva, 2020, p. 22).

Nesse contexto, as intervenções psicológicas no processo terapêutico podem contribuir, pautadas nas necessidades de estudantes surdos/as, para favorecer sua vida, suas relações, seu posicionamento na sociedade, a construção de sua identidade, a harmonia de seu mundo pessoal e das suas relações sociais, bem como aprender, desenvolver conhecimento científico e técnico, e ocupar seu espaço de direito no mundo do trabalho e no mundo da vida. São dimensões que constituem sua subjetividade e podem operar no âmbito de seu desenvolvimento social e intelectual. Por que estudantes? A escola acolhe, muito mais por força de lei do que condições estruturais e de formação, estudantes com problemas que interferem na psique. Situações que são de ordens diversas e parecem a cada tempo, mais complexas.

Compreendemos assim, a necessidade e o sentido da Psicologia Escolar e Educacional no tratamento individual de estudantes surdos/as, a partir do qual a escuta na prática clínica possibilita diagnosticar e intervir nas complexidades, nos sofrimentos dos indivíduos, promovendo bem-estar e saúde mental, considerando o cuidado, os sentidos, a subjetividade e as vivências dos seres humanos. Tratando-se de um/a estudante surdo/a, que não se comunica conforme os padrões da grande maioria da sociedade e não domina a língua de sinais exige, ou “recomenda-se uma imersão do profissional de psicologia clínica na cultura surda, mantendo contato frequente com a comunidade surda e buscando cursos de aprendizagem e aperfeiçoamento de conversação” (Jorge; Pizato; Rodrigues, 2022, p. 200). Somente conhecendo e entendendo a singularidade da pessoa surda, sua maneira de se comunicar com o mundo, será possível a efetivação do acompanhamento psicoterapêutico individual, tratando e intervindo de maneira assertiva e inclusiva.

Percebe-se, nessa perspectiva, que ao relacionar o tratamento psicoterápico com a pessoa surda, “o psicólogo tem como objetivo fazer o acolhimento ao sofrimento da pessoa surda, possuindo como ferramenta a psicoterapia, que amplia os recursos necessários, auxiliando no enfrentamento de seus conflitos internos” (Pereira; Araújo; Silva, 2020, p. 24), e

de maneira a não o excluir quando tanto necessita de ajuda, ou como forma de acolhê-lo. O profissional precisa “realizar adequações e adaptações no cenário clínico, sendo essas necessárias para atendimentos humanizados” (Pereira; Araújo; Silva, 2020, p. 24). Assim como discutimos em momentos anteriores, não há domínio da LIBRAS entre a grande maioria de profissionais da área de Psicologia. Essa situação dificulta a comunicação de estudantes surdos/as na escuta, no tratamento e no acompanhamento, tornando os atendimentos mais difíceis e, de algum modo, excludentes. Porém, a situação de estudantes que não são versados/as em LIBRAS e necessitam de tratamentos individuais em clínicas de Psicologia Escolar e Educacional, pode agravar o acolhimento, a escuta e o acompanhamento.

Nesse sentido, é notório a apreensão de Figueiredo (2023, p. 13) quando se refere ao processo psicoterapêutico e à pessoa surda, para informar que:

A psicoterapia, quando realizada de maneira eficaz, tem o potencial de melhorar a qualidade de vida das pessoas surdas. Entretanto, a falta de compreensão por parte dos profissionais de Psicologia em relação à LIBRAS cria uma barreira à produção de novos conhecimentos relacionados à Psicologia e surdez, além de prejudicar o tratamento psicoterapêutico dessa população.

Parece se evidenciar nossa preocupação com relação à temática da proposta de pesquisa, pois além de representar um momento memorável e profundo na história pessoal e no percurso profissional, desperta uma necessidade de aprofundar as percepções e representações sobre inclusão e a construção da subjetividade nos indivíduos com surdez. Além disso, a língua brasileira de sinais, considerada instrumento de promoção da acessibilidade comunicacional e de escuta para desenvolver inclusão, está distante das realidades, especificamente, da atividade profissional da Psicologia Escolar e Educacional.

Creemos, nesse aspecto, ser indispensável para tratamentos psicoterapêuticos na Psicologia Escolar e Educacional e, consoante o que já relatamos, que a LIBRAS seja competência tanto de profissionais da Psicologia quanto das pessoas surdas. No caso específico de estudantes, somos pela inclusão de LIBRAS na formação docente, na formação inicial de profissionais da Psicologia e na escola básica. Concordamos com Ferreira Junior, Bezerra e Alves (2021, p. 539) no que concerne ao “atendimento por parte do profissional ouvinte ao paciente Surdo, a fim de respeitar a ética profissional e as leis vigentes sobre a inclusão da pessoa com deficiência, deve ser por meio da LIBRAS”. Não se trata apenas de legislação, da norma, mas da valorização da pessoa, da compreensão das suas limitações e do entendimento que pode superar barreiras, transpor limites, especialmente, os culturais, de preconceito. É nessa linha de problematização e pesquisa, especificamente, que nos preocupamos com estudantes surdos/as, sua comunicação e expressão individual e realizamos esforço no sentido de investigar

as melhores condições e formas de incluir, com suficiência, dignidade e envolvimento, os/as estudantes que necessitam de tratamentos psicoterapêutico e não estão alfabetizados em LIBRAS. Nossa pergunta nesse sentido, é se há possibilidades de escuta, tratamento e acompanhamento de estudantes nessas condições.

#### **4.2 Tratamento clínico e acompanhamento psicoterapêutico individual em Psicologia Escolar e Educacional com estudantes não alfabetizados/as em LIBRAS: possibilidades**

Antes de dissertar sobre o tratamento e acompanhamento psicoterapêutico individual em Psicologia Escolar e Educacional com estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS, parece-nos adequado a análise acerca das tantas diferenças – características e constituições individuais, subjetividades – que nos tornam iguais – pertencentes à espécie humana – na diversidade que nos constitui. Na diferença nos respeitamos, valorizamos e nos constituímos, a partir da consciência individual e das relações com a coletividade. É assim que construímos um mundo mais inclusivo, no qual encontramos a “igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (Santos; Rocha Filho; Vasconcelos, 2023, p. 56). São essas relações humanas que sustentam as compreensões e, delas, definem-se as condutas do ser humano. Também, é nas relações, nas convivências, nas interações das diversas ordens, amplitudes e possibilidades que os indivíduos se realizam e encaminham a humanidade.

Sob a compreensão de que “O modo como os indivíduos precisam ver o mundo, como carecem pensá-lo e como viver nele não está pronto - e, tampouco, está determinado” (Cassol, 2022, p. 309), abre o caminho da pergunta, do problema que desperta a presente investigação à medida que nos faz pensar que estudantes com necessidades especiais, especificamente os/as surdos/as, não alfabetizados/as em LIBRAS, refere-se apenas a mais uma maneira de ser, de conviver, interagir e de viver da complexa diversidade humana. Afinal, o que nos torna iguais, são as diferenças, cada qual com as suas individualidades, subjetividades e suas necessidades. São expressões das nossas identidades, daquilo que nos constitui enquanto humanos. Nesse sentido, “compreender essas diferenças é um facilitador para gerir acessibilidade, respeito e difusão de conhecimento” (Chaves, 2021, p. 27). São as histórias de cada um/a, as heterogeneidades, as pluralidades que fortalecem a humanidade e enriquecem a vida.

Acerca da inclusão, é indispensável que aceitemos o/a outro/a, sua condição singular que, em meio à pluralidade, tem o direito de ser compreendido/a e incluído/a, não tratado/a como uma condição, mas como maneira de se inserir nas nossas pontes de relacionamentos, na

vida coletiva. As diferenças e os/as diferentes de diversas amplitudes que constituem a humanidade, a condição humana e caminham na direção da consecução da dignidade humana. Portanto, a heterogeneidade dos seres humanos precisa estar no cotidiano social, familiar e escolar para ser compreendida no contexto das diferenças, das subjetividades e intersubjetividades que tornam os/as estudantes surdos/as – e as demais pessoas – com suas deficiências, limitações, singulares e especiais. Parece que há, nesse horizonte, uma alternativa de luta por vida digna a todos e todas.

A inclusão na sociedade e nas instituições sociais, incluindo a escola, a ampliação do acesso para pessoas com deficiência, a garantia de uma saúde de qualidade e o incentivo à participação são diretrizes contempladas na Agenda 2030. Essa agenda estabelece metas de ação global baseadas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre as ações a serem implementadas até 2030, destaca-se a meta 3 – Saúde e Bem-Estar – que visa assegurar uma vida saudável para todos e promover dignidade e qualidade de vida, respeitando as individualidades e necessidades de cada pessoa. Além disso, a Agenda aborda, por meio da meta 10, a redução das desigualdades, reafirmando o compromisso com a inclusão como um direito garantido em lei (Brasil, 2021).

Estar presente em uma sociedade não significa, necessariamente, estar incluído. Da mesma forma, a existência de uma lei não garante sua efetiva aplicação. Embora a legislação brasileira assegure aos/às estudantes surdos/as ou com deficiências auditivas severas o direito à igualdade e à não discriminação – conforme previsto na Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), cujo artigo 4º estabelece que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (Brasil, 2015, s/p), a realidade desses estudantes ainda é marcada por desafios diários.

Eles/as enfrentam preconceito, desrespeito, desinformação social, restrição de espaços e a resistência institucional e popular à aceitação da diversidade. Além disso, lidam com a precariedade ou a ausência de serviços personalizados que garantam seu pleno desenvolvimento. Tais dificuldades não se restringem apenas à comunidade surda, mas afetam todas as pessoas com deficiência que, muitas vezes, sofrem com políticas públicas de inclusão elaboradas de maneira distante das reais necessidades dos grupos específicos. Além disso, há uma carência de envolvimento efetivo do poder público na disseminação e no fomento à ciência e à tecnologia voltadas para atender às demandas da comunidade surda e de outros grupos em situação semelhante.

Distintas ciências e diversos/as pensadores/as discutem e afirmam que, no processo de humanização, ocorrem diversas maneiras de explicar, de caracterizar e de inserir os indivíduos no mundo, de os compreender em suas identidades, em suas unicidades. A intencionalidade, nesse momento da proposta de investigação, é apresentar que a constituição do ser humano surdo e sua humanização ocorrem nas relações e nos significados compartilhados com as outras pessoas e instituições. Decorre, nas relações interpessoais, no processo social, no compromisso e nas responsabilidades, a constituição das subjetividades e, em paralelo, a inclusão ampla que eleva a dignidade humana de cada indivíduo, de cada estudante surdo em obter atendimento psicoterápico nas clínicas de Psicologia Escolar e Educacional. Mas, acima de tudo, prover laços humanos e solidários, com ações de mutualidade, de empatia e de atendimento personalizado em todas as instituições, especificamente, no caso dessa proposta de estudo. Compreendemos aqui, que a subjetividade não se forma em um único momento e, tampouco, somente com a força individual, constrói-se nas relações de reconhecimento, respeito, empatia e ação profissional.

Nesse mesmo entendimento, a comunicação é base, suporte, caminho, em toda sociedade. Sem ela o indivíduo é isolado, excluído e não expressa, nem constitui suas emoções, sentimentos, necessidades e compreensões. “Nós humanos existimos na linguagem, e todo o ser e todos os afazeres humanos ocorrem, portanto, no conversar [...]. A existência humana faz com que qualquer ocupação humana aconteça como uma rede específica de conversações”, nos ensina o neurobiólogo Humberto Maturana (2005, p. 22). A conversa, o diálogo, a comunicação se estabelece com uma experiência de responsabilidade e acolhimento para com o/a outro/a. A incapacidade de ouvir, de compreender e de se fazer compreender é dos maiores “desafios encontrados pelos surdos, envolve a comunicação com o mundo, que é constituída majoritariamente por ouvintes” (Jorge; Pizato; Rodrigues, 2022, p. 190). Assim, as pessoas surdas, além de enfrentarem o preconceito e a discriminação, são excluídas de tratamentos, inclusive psicológicos, ou os têm a partir de outras vozes, de mediações. Muito dessa situação se dá em decorrência de não saber e nem dominar a comunicação oralizada, do desconhecimento e não domínio da LIBRAS, tanto por parte de estudantes como de psicoterapeutas que também não compreendem e não dominam a língua brasileira de sinais.

Diante desse contexto, Almeida, Lima e Roure (2020, p. 11) refletem que “grande parte das pessoas surdas não é capaz de verbalizar oralmente nenhuma palavra, não consegue transmitir seus sentimentos e sua dor em palavras faladas verbalmente”. Nesses casos, faz-se indispensável que os/as psicólogos/as clínicos/as, psicoterapeutas, entendam que interpretar a palavra vai além daquilo que é dito com palavras faladas ou expressões, de forma oral. Lúcia



Marta da Silva *et al.*, (2020, p. 52-53), nessa mesma linha de pensamento, afirmam que “compreender o outro inclui não apenas a fala, mas também as expressões e manifestações corporais como elementos fundamentais no processo de comunicação”, assim como de olhar, considerar, envolver o/a estudante surdo/a com a qualidade de sujeito que anseia ser ouvido/a e se sentir integrante e integrado. Para Pereira, Araújo e Silva (2020, p. 3), “é dever do psicólogo defender a inclusão social e promovê-la, para que todos possam se sentir amparados e acolhidos”.

Nesta perspectiva, o/a psicólogo/a clínico/a precisa viabilizar estratégias, buscar metodologias criativas e adaptadas, ações e possibilidades, conforme as habilidades apresentadas pelo sujeito, visto que, a “necessidade da comunidade surda que precisa de psicoterapia é extensa, e os profissionais da Psicologia devem estar atentos às diversas formas de intervenção, pois cada indivíduo traz consigo particularidades e subjetividades, apresentando problemáticas distintas” (Figueiredo, 2023, p. 14). Estratégias de atendimento se tornam fundamentais e essenciais no tratamento e acompanhamento do/da psicoterapeuta. Em sua conduta profissional terapêutica pode usar técnicas como “a utilização de materiais visuais, como desenhos, pinturas, testes projetivos, mapas, vídeos e imagens” que têm se mostrado “estratégia altamente eficaz para indivíduos com surdez, que frequentemente possuem uma forte memória visual” (Figueiredo, 2023, p. 13). Explorar possibilidades nas abordagens terapêuticas, permite, além de um tratamento terapêutico eficaz, um profundo conhecimento e entendimento da individualidade do/a estudante que demanda atendimento psicoterapêutico e não se expressa em LIBRAS.

Consoante a Ingrid Rodrigues (2020, p. 2), “a atuação do psicólogo é essencial no suporte à minimização de sequelas e sofrimento, no que se refere a barreiras comunicacionais” para promover um atendimento de qualidade humanista, que efetivamente cumpra a função psicoterapêutica de colaboração nas dores, nas angústias, nas patologias de indivíduos surdos, como oportunidades para propiciar melhoria na qualidade de vida, do bem-estar socioemocional, da condição humana e, especialmente, no desenvolvimento satisfatório do/a estudante para que construa sua subjetividade, seu aparato científico e a autonomia para conduzir a sua existência. É nessa compreensão que entendemos e concordamos com Pereira, Araújo e Silva (2020, p. 9) ao concluírem que,

a psicoterapia é prática que possibilita ao paciente expressar seus pensamentos, sentimentos e sintomas [...] Entende-se que ela, como mediadora dos conflitos psíquicos, deve-se configurar acessível a todas as pessoas. No contexto clínico, a psicologia olha para o sujeito de forma singular e acolhedora, levando em consideração a intersubjetividade do sujeito e suas diferenças.

Porém, conforme afirmam Araújo e Samaridi (2023, p. 42) é preciso que tenhamos a consciência de que em nosso país “o serviço de atendimento psicológico para os não ouvintes é precário, tendo poucos profissionais capacitados para tal. Desse modo, a Psicologia se mostra incipiente em sua prática, necessitando de mecanismos para atender essas pessoas”. E, justamente a área que mais especificamente tem condições de incluir e promover o acolhimento necessário para um tratamento eficaz e especializado. Na relação psicólogo/a e o/a estudante não ouvinte, quando não ocorre um trabalho efetivo, desencadeia transtornos ainda maiores, tanto no contexto social quanto pessoal. Juntamos em nossa análise, as dificuldades crescentes de estudantes advindos/as de famílias brasileiras com a complexidade que as constitui e a sociedade em larga e em rápida transformação. Ressaltamos, nesse sentido, as angústias que os/as atingem diante da depreciação da ciência, do conhecimento, dos valores sociais e dos esforços de construção de si, da subjetividade, e temos uma realidade ambivalente, paradoxal e dura de ser enfrentada, especialmente, por aqueles/as estudantes surdos/as que já sofrem os preconceitos e as exclusões de não dispor, por exemplo, da comunicação em LIBRAS como domínio do amplo coletivo social e profissional.

O indivíduo que busca auxílio psicológico, pode vivenciar uma série de características que requer o cuidado e a atenção do psicólogo, além das realidades psíquicas que deseja trabalhar em psicoterapia. Por exemplo, um indivíduo surdo: além dos sofrimentos psíquicos, há uma característica física que faz parte de sua identidade – a surdez. O psicólogo deverá ter atenção plena para esta e outras realidades do paciente para oferecer seu trabalho de maneira eficaz (Jorge; Pizato; Rodrigues, 2022, p 189).

Algumas das consequências dessas circunstâncias, condições e situações, que são reais e constatáveis na sociedade brasileira, pela cultura limitada e não efetividade das políticas públicas inclusivas que se contentam com a formulação de leis e poucos avanços concretos, são que inquietações, comportamentos, sentimentos, angústias e sofrimentos individuais não podem ser diagnosticados, ou são precariamente diagnosticados, assim como testes e técnicas têm dificuldades de serem confiáveis, estabelecidos com maior precisão científica e podem impedir ou restringir intervenções necessária (Jorge; Pizato; Rodrigues, 2022). Consideramos, também, nesse ponto, a complexa ciência que envolve a Psicologia Escolar e Educacional na sua necessidade de compreender as subjetividades dos indivíduos, especialmente, estudantes surdos/as.

Podemos pensar em ter um/a intérprete, tradutor/a de LIBRAS ou mediador/a em casos como esse, quando o/a estudante – o que equivale para o/a psicoterapeuta – não domina LIBRAS. Porém, ressaltamos que outra pessoa pode interferir ou ainda, ao adentrar na narrativa das informações entre terapeuta e estudante, romper com o sigilo, garantido pelo Código de

Ética Profissional. Também, há que considerarmos que pode haver restrições por parte do/a estudante nas manifestações de sua problemática ou desconexões nas interpretações e traduções. Além disso, Pereira, Araújo e Silva (2020, p. 26) compreendem que “caso haja um mediador nessa troca, o paciente não se sentirá confortável e o vínculo poderá não acontecer, além dos prejuízos que podem emergir, como por exemplo: vergonha, sensação de humilhação e inferioridade, insegurança, retraimento, constrangimento e outros”.

Com a presença de mediação, surge a possibilidade de influenciar na relação de confiança, no vínculo necessário para o/a paciente expor seus problemas, seus sentimentos. Ferreira Junior, Bezerra e Alves (2021, p. 539), nesse viés, corroboram essa afirmação ao considerar que “o psicólogo que pretende realizar atendimento psicoterapêutico aos Surdos tem um imperativo a ser cumprido, pois, segundo o código de ética da categoria, é seu dever respeitar o sigilo profissional para proteger a intimidade de qualquer indivíduo que tenha acesso ao seu serviço”. A partir dessa perspectiva, uma terceira pessoa pode causar desconforto (Rodrigues, 2020), manifestações desvinculadas da realidade, traduzidas de modo pessoal na compreensão da pessoa que interpreta e não do/a estudante em atendimento.

Conseqüentemente, é imprescindível, essencial e vital viabilizar o tratamento e o acompanhamento de estudantes surdos/as ainda não letrados/as, não alfabetizados/as em LIBRAS e não oralizados/as, que carecem realizar psicoterapias na Psicologia Escolar e Educacional. Nesse sentido, parecem existir algumas maneiras de efetivar essa comunicação e possibilitar o tratamento psicoterapêutico individual adequado, conforme as singularidades de cada estudante surdo/a.

## **5. ESCUTA DE SUJEITOS SILENCIADOS**

A escuta é um elemento central nos processos inclusivos, especialmente para sujeitos que enfrentam barreiras linguísticas, como os/as surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS. Essa prática requer do/a psicólogo/a sensibilidade para captar sinais e expressões que ultrapassam a comunicação verbal. Neste capítulo, discutiremos diferentes estratégias que podem ser utilizadas para facilitar a escuta de sujeitos que, em muitos casos, foram silenciados em suas vivências e relações.

### **5.1 Possibilidades por meio de pantomima, corpo, gestos, mímicas e simbolismos esotéricos**

A pantomima, os gestos e as mímicas oferecem caminhos para estabelecer um canal de comunicação inicial com estudantes surdos/as. Esses elementos são fundamentais para criar uma base de confiança e compreensão mútua, especialmente em contextos nos quais a língua de sinais ainda não é dominada. Os simbolismos esotéricos, por sua vez, podem ser utilizados como formas de representar sentimentos e conceitos, ajudando os/as profissionais a compreenderem os estados emocionais e subjetivos dos/as estudantes.

O uso do corpo como ferramenta de expressão transcende as limitações da linguagem falada, permitindo que o/a psicólogo/a identifique necessidades e emoções por meio de movimentos e posturas. Essas estratégias são especialmente importantes em sessões de psicoterapia individual, nas quais o vínculo inicial pode ser construído a partir de expressões não verbais.

Como temos procurado demonstrar em nossa produção, possibilitar a escuta vai além da palavra falada, compreensão que considera “que a capacidade de ouvir e compreender o outro inclui não apenas a fala, mas também as expressões e manifestações corporais como elementos fundamentais no processo de comunicação” (Almeida; Lima; Roure, 2020, p. 3). Podemos observar a relevância do debate ao qual nos propomos, que provém da comunicação enquanto necessidade de todos os seres humanos. A partir da comunicação nos tornamos seres sociais e sociáveis, humanizamos e desenvolvemos nossas existências, bem como, realizamos nossas experiências e organizamos nossas vidas, conquistamos espaços e estruturamos nossas identidades e subjetividades.

Essa mesma comunicação, que facilita reconhecer o/a outro/a, construir relações, interações e linguagens, seja ela verbal ou não, permite o entendimento, por meio do ato

comunicativo. É nesse sentido que Silva *et al.* (2000, p. 54), compreendem que “a comunicação verbal exterioriza o ser social e a não verbal o ser psicológico, sendo sua principal função a demonstração dos sentimentos”. Não há atividades humanas que não sejam constituídas por relações. Evidência desse fato é que “o *Homo sapiens* sempre se comunicou, mesmo que através de grunhidos e gesticulações” (Silva *et al.*, 2000, p. 52-53). A falta da comunicação pode isolar e excluir os seres humanos.

A compreensão de Rodrigues (2020, p. 15) complementa a de Silva *et al.* (2000), especialmente no que tange à comunicação, ao destacar que pessoas surdas e ouvintes possuem diferenças linguísticas. Indivíduos surdos ou com deficiência auditiva utilizam o canal visogestual, o que permite que especialistas da neuropsicologia e psicólogos recorram ao uso da pantomima — fonte de muitos sinais. Por meio de gestos e mímicas, sem o uso de palavras, ou seja, de forma não verbal, é possível expressar situações, sentimentos, ações e vivências de maneira compreensível para os interlocutores. Assim, percebe-se que a aquisição e o domínio da língua de sinais são influenciados por esses gestos, que fazem parte da linguagem.

Quando pensamos em uma pessoa falante, ela utiliza a gestualidade como complemento de sua fala ou dando sentido a ela, muitas vezes sendo um mediador (Belaunde; Sofiato, 2019). Para Almeida, Lima e Roure (2020, p. 9), “as expressões corporais e faciais são essenciais na compreensão total da fala, pois facilitam o entendimento de um enunciado ou de algum sinal”. Por meio do corpo é possível transmitir aquilo que se quer comunicar. O corpo é a ferramenta nesse momento,

[...] ferramenta de prática corporal favorecedora de novas visões e possibilidades de se refazer humana, corporal e psiquicamente.

A construção de uma releitura corporal traz a possibilidade de o indivíduo se situar em si e no mundo ao seu redor, ampliando seus sentidos, sua implicância no contexto que está e suas possibilidades dentro deste (Silva *et al.*, 2014, p. 2).

Porém, para ocorrer a comunicação por meio dessa habilidade de comunicar não-verbalmente, é necessário que o/a paciente possa compreender sua própria maneira de ser e de sentir, identificando suas emoções, suas relações, suas tensões psíquicas, e saiba transmitir essas informações para o/a profissional. Entretanto, quando isso não se cumprir, a comunicação não se efetiva, conseqüentemente não há possibilidade de tratamento.

Outra situação a se considerar no uso dessa estratégia é a compreensão do/a profissional. De nada adianta o/a estudante surdo/a usar seu corpo de maneira efetiva se o/a profissional apresenta dificuldades de interpretá-lo, de compreender aquilo que deseja transmitir e comunicar. Ao sabermos que o processo de comunicação entre indivíduos vai além de uma linguagem verbal, compreendemos que existem diversas formas de interações, cuja intenção é

transmitir mensagens. Entre esses meios, destacam-se signos, códigos, regras, expressões, gestos e sinais, que têm significados cuja função é propiciar um entendimento igualitário, ou seja, com sentidos que podem ser apropriados, compreendidos, assimilados pelas pessoas que se envolvem em determinado ato comunicativo (Pereira; Araújo; Silva, 2020).

No entanto, mesmo que seja possível uma comunicação por meio de gestos, expressões faciais com simbolismos e sentidos, linguagens construídas, segundo Santana *et al.* (2008, p. 03), “através da produção de gestos e mímicas, que nada mais são do que representações subjetivas de objetos e situações”, elas são mais naturais nos ambientes familiares. Nesse contexto familiar, a comunicação assume características próprias, com significados particulares em algumas situações, entre familiares ouvintes e pessoas surdas, o que é também designado por simbolismo esotérico. A mesma intensidade, naturalidade e compreensão que se estabelece no âmbito familiar, não se propaga, de modo amplo, nas relações sociais mais complexas e em situações diferenciadas ou com profissionais em tratamentos psicoterapêuticos, especialmente, nos primeiros momentos. E, talvez, não ocorram aproximações mais intensas e intersubjetivas entre o/a estudante surdo/a e o/a profissional da psicoterapia.

O simbolismo esotérico é terminologia criada por Tervoort (1981) para expressar um modo de comunicação gestual particular entre filhos/as surdo/as e os pais/as mães ouvintes. São sinais domésticos, costumeiros, de fácil compreensão para quem convive no mesmo ambiente e partilha de intersubjetividades cotidianamente. Continuamos nessa linha de compreensão e dialogamos com Santana *et al.* (2008, p. 03), para expor que,

Na área da surdez essa discussão sobre gestos é mais complexa devido ao fato de que, para participar, interagir, comunicar, as crianças surdas filhas de pais ouvintes acabam por criar um sistema de comunicação particular, denominado por alguns autores de simbolismo esotérico, e por outros, de sinais domésticos (*home signs*).

Por serem convencionais e ocorrer em um grupo familiar, esses recursos simbólicos podem não ser compreendidos por outras pessoas, nem na própria comunidade surda. Conseqüentemente, esse modo gestual e imaginário corre o risco de não permitir entendimento a participantes dos processos instalados de comunicação e em tratamentos psicoterapêuticos na Psicologia Escolar e Educacional. Especialmente, no caso de um acompanhamento psicoterapêutico individual, pode ser inadequado. Porém, pode ser considerado possibilidades para aqueles e aquelas que desconhecem a LIBRAS. Nesse caso, avaliamos ser necessário uma relação intersubjetiva de maior intensidade entre profissional e estudante surdo/a.

## 5.2 Viabilidades por meio de recursos visuais

Partimos do pressuposto, para a reflexão nessa parte da construção textual, que a procura pelo/a psicólogo/a escolar e educacional não ocorre particularmente em decorrência do problema auditivo, mas por diversos outros fatores que podem, ou não, estar relacionados à surdez e que, historicamente, acompanham os/as não ouvintes, como a dificuldade de socialização e o conseqüente isolamento. Também, pode ocorrer a demanda, por parte do/a estudante surdo/a, pelo atendimento em psicoterapia individual, devido a sintomas de insegurança, depressão, ansiedade, entre outros problemas e situações. No tratamento psicoterapêutico, a escuta e a comunicação podem ser desenvolvidas por meio de gestos e palavras e desenvolvidas por meio de recursos visuais. Essa evidência é apontada por Correia e Neves (2019, p. 8) quando afirmam que “as imagens têm sido o veículo de expressão e comunicação humana desde a pré-história”.

Como inúmeros outros meios e um universo amplo de modos, podem abranger estratégias e métodos relacionados, em forma de desenhos, gravuras, imagens, porém, com condições de articular compreensões, percepções, produções e a imaginação, a partir das representações visuais. Nesse contexto, para Caroline Belaunde e Cassia Sofiato (2019, p. 68), “o visual é entendido a partir de duas características, uma relacionada à atividade natural do órgão da visão e outra a uma capacidade de interpretar o mundo”, com condições de possibilitar as informações necessárias para o/a psicoterapeuta durante o tratamento, mesmo que o/a estudante – e o/a profissional – não domine a LIBRAS.

A pessoa surda, consoante com o Decreto n. 5.626/2005, é “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais” (Brasil, 2005, s/p), para essas pessoas, a comunicação ocorre principalmente pelo uso das LIBRAS. Ainda dentro desse conceito, Chaves (2021, p. 25) debate que “A semelhança existente entre as pessoas que têm ausência da capacidade sonora está baseada na percepção do mundo especialmente no campo da visão”. Portanto, os recursos visuais são práticas pedagógicas comuns no processo de ensino-aprendizagem de estudantes não ouvintes e não conhecedores/as de LIBRAS.

De acordo com Correia e Neves (2019, p. 10), é uma estratégia com a qual “se identificam e desenvolvem autoestima, imaginação, confiança, controle, criatividade, cooperação, senso de percepção e relacionamento interpessoal [...]”. Nessa linha de compreensão, ao estimular o desenvolvimento de estudantes surdos/as, por meio da utilização de imagens – visto que, segundo Correia e Neves (2019, p. 3) “surdo é o sujeito que apreende

o mundo por meio de experiências visuais” – surgem possibilidades de contribuir na constituição da personalidade, identidade e subjetividade de estudantes surdos/as. Desse modo, desenha-se mais uma metodologia possível e alternativa para o/a profissional do campo da Psicologia Escolar e Educacional, comunicar-se com estudantes não alfabetizados/as, ainda, em LIBRAS e, desse modo, ter condições de encaminhar tratamentos e acompanhamentos necessários.

Aproveitamos esse momento para debater a necessidade de ampliar a formação entorno da LIBRAS nas escolas, desde a educação infantil até a universidade e no coletivo da sociedade, com implicações na alteração da cultura segregacionista. Talvez, sem a intencionalidade, sem a expressa motivação da exclusão, por desconhecimento, por não ter formação na área, o coletivo acaba por discriminar, não acolher, não considerar as pessoas com deficiência. Uma mudança cultural, estrutural, pode começar a acontecer com a implementação de políticas públicas para a área da Psicologia Escolar e Educacional e, especificamente, do ensino, com a introdução do ensino amplo de LIBRAS. Compor, indistintamente, em todas as graduações, sejam licenciaturas ou bacharelados e, inclusive, nos tecnólogos e escola básica, as matrizes curriculares com o ensino de LIBRAS, parece ser uma política pública de educação necessária e de mudança sociocultural.

A implementação de políticas públicas nessa direção se faz necessária por vários aspectos, como sugere Oliveira (2022, p. 28), pois “a inclusão na educação não é uma opção, mas sim uma determinação”. Ressaltamos o direito constitucional de todos e todas à educação de formação integral, científica e humanista diante da elevada porcentagem de pessoas com deficiência auditiva e surdez total no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), mais de nove milhões de pessoas é a população de indivíduos surdos no Brasil, o que representa, pelo menos, 5% da população total. Desse contingente, em torno de 2,7 milhões têm surdez profunda ou, como define a legislação, são surdas totais (Brasil, 2024).

Trazemos, ao retomar o debate acerca das possibilidades de comunicação entre estudantes não alfabetizados/as em LIBRAS e profissionais da Psicologia Escolar e Educacional, Correia e Neves (2019, p. 8), para quem “Os surdos conhecem o mundo pela visão e isso significa desenvolver um código visual, ou seja, associar significado e significante a partir das informações visuais que extraem do meio”. Essa compreensão ilumina estratégias que, ao serem usadas pelo/a psicoterapeuta, podem ser um recurso essencial e adequado na constituição de significados e sentidos que auxiliam na comunicação, no entendimento, no tratamento e acompanhamento para apropriação das informações e situações que o/a estudante surdo/a pode apresentar ao ser estimulado/a. Recursos visuais, como materiais ou imagens, têm interpretação



e sentidos quando contextualizados; têm condições de permitir ou propiciar, ainda que não amplamente, o diálogo. Diálogo ou acesso comunicacional conquistado no princípio do século XXI, e fortalecido com o que estabelece a legislação brasileira, por meio da LBI (Brasil, 2015).

Vale salientar, baseado em Santos, Rocha Filho e Vasconcelos (2023, p. 81), que “A pessoa surda percebe o mundo de forma diferenciada dos ouvintes, por meio de uma experiência visual, segundo as particularidades relacionados à condição da surdez”. Buscar novas metodologias para possibilitar a escuta do/a estudante surdo/a se torna um desafio constante na ação psicoterapêutica da Psicologia Escolar e Educacional. O esforço é pessoal e social, e precisa de incentivo, políticas públicas e gestão do Estado, enquanto instituição essencial na viabilidade e desenvolvimento metodológico, tecnológico, econômico e político. Tão essencial quanto a necessidade de ouvir, de ser compreendido. Essa perspectiva, conforme Belaunde e Sofiato (2019, p. 68), ao afirmarem que “o surdo é um sujeito visual”, configura-se como um recurso alternativo para a escuta e a comunicação entre indivíduos surdos ainda não alfabetizados em LIBRAS e o profissional da psicoterapia que, por sua vez, pode não ter domínio da língua de sinais.

Sob essa perspectiva, a visibilidade do que está em acontecimento, segundo Belaunde e Sofiato (2019), vai além da simples transmissão de informações. Ao interpretar imagens, gestos e manifestações, amplia-se a percepção por meio dos demais sentidos, possibilitando a construção de significados. Para Belaunde e Sofiato (2019, p. 69), “não quer dizer que a experiência perceptiva só se realiza quando há diversos sentidos envolvidos”. Da mesma forma, Chaves (2021, p. 25) destaca que “a compreensão e percepção das coisas pelo sentido da visão é uma das características, pois mais sentidos são estimulados na pessoa com surdez”, favorecendo um entendimento mais profundo e intenso para a produção de novos conhecimentos.

A própria língua de sinais é uma língua visual, composta por sinais que dependem do corpo, dos gestos, das mãos e das expressões faciais. Nesse sentido, “o visual do surdo está relacionado à percepção de signos visuais que originam significados não sonoros para esses sujeitos” (Belaunde e Sofiato, 2019, p. 76). Atualmente, os recursos visuais são amplamente utilizados no processo educacional, em conformidade com o Decreto da Acessibilidade n. 5.296/2004.

Sabemos que os/as estudantes surdos/as podem até desconhecer a língua de sinais, mas a constituição, o caráter do indivíduo e sua subjetividade não decorrem somente da apropriação de uma língua, seja oral ou de sinais, mas mais do seu interior, do seu mundo interno, dos seus sentimentos, emoções, anseios, da sua subjetividade. A autonomia e a subjetividade, consistem

na formação individual, na identidade construída na coletividade, nas relações e convivências e na potencialidade com que esse grupo de indivíduos consegue trabalhar com as interferências que a sociedade lhes acomete. Igualmente, esse mundo interno dos seres humanos, suas subjetividades, seus sentidos e significações, é o que carece de cuidados, de tratamento e de acompanhamento. Ciente dessas relações, o/a psicoterapeuta da Psicologia Escolar e Educacional pode acolher, usar a habilidade de “escuta sem o uso de palavras”. Sua atuação profissional, muitas vezes, é singular, silenciosa e exige ou precisa que os/as estudantes surdos/as não alfabetizadas em LIBRAS se expressem pelos olhares, gestos, perturbações, emoções e comportamentos ou formas não verbalizadas. Essa escuta não verbalizada pode ser realizada pelo/a psicólogo/a, uma escuta ativa, sensível e que saiba acolher as comunicações não verbais de quem está em sofrimento. O silêncio também pode ser interpretado, porque é carregado de sentidos. Porém, o/a especialista, sabendo que na Psicologia Escolar e Educacional o uso da palavra permite evidenciar, conhecer e acessar quem lhe demanda atendimento, bem como seus sintomas, a possibilidade de aprender sobre a língua de sinais deve ser reconhecida como uma necessidade, à medida que é uma ferramenta auxiliar na sua competência e atribuição.

### **5.3 Escuta de pessoas surdas silenciadas: viabilidades usando Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA)**

Na continuidade das análises das pesquisas que a revisão da literatura nos fornece, compreendemos que “Estudar o desenvolvimento e metodologias apropriadas a pessoas surdas reporta não só a questões pedagógicas, mas também ao combate à desigualdade existente na sociedade” (Correia; Neves, 2019, p. 3). Investigar e encontrar possibilidades para que as pessoas surdas possam estabelecer vínculos, conexões e comunicação com os coletivos sociais e institucionais, clínicos, terapêuticos e culturais, torna-se uma expectativa de reconhecimento e respeito às diferenças. Da mesma forma, contribui nos processos de inclusão. Porém, como já mencionamos, existe uma grande complexidade no que se refere à inclusão, essa conduta não é simples, visto que as dificuldades na comunicação podem, conforme Correia e Neves (2019, p. 3), “resultar em problemas emocionais, falta de um contato mais próximo e dificuldades para o estabelecimento dos vínculos de afeto”. Em alguns casos, o/a profissional de psicoterapia precisa dedicar uma atenção especial aos processos de comunicação, relações e interações com estudantes que chegam às clínicas de Psicologia Escolar e Educacional em busca de atendimento, mas que não são alfabetizados em LIBRAS.

Em nossos estudos, buscamos possibilidades para o/a psicoterapeuta tratar estudantes – e vemos, também, as necessidades das demais - que não dominam LIBRAS. Entendemos, assim, que tais profissionais necessitam estudar, pesquisar e, se possível, encontrar estratégias, meios, condutas para tratar o sujeito que demanda da sua especialidade. Na concepção de Belaunde e Sofiato (2019, p. 83), “o trabalho com novas tecnologias aponta um caminho promissor para a educação de surdos, de modo que muitos profissionais já têm incorporado em suas práticas”. Há que se considerar a realidade de formação inicial e continuada nas licenciaturas e bacharelados e suas precariedades. Sabemos que ele/a não está preparado/a, que a sua formação acadêmica não proporciona, em grande medida, condições de domínio da LIBRAS, pois, “no Brasil, o serviço de atendimento psicológico para os não ouvintes é precário, tendo poucos profissionais capacitados para tal” (Araújo; Samaridi, 2023, p. 42), então, dedicar-se a buscar alternativas é uma necessidade. Também, encorpar as vozes que demandam atenção, espaços e efetividades das políticas públicas é uma ação de consistência profissional e ética.

Na ciência, no campo psicoterápico, Figueiredo (2023, p. 17) parece compreender que “a busca pela inclusão efetiva de pessoas surdas exige uma abordagem multifacetada, envolvendo não apenas a implementação de tecnologias acessíveis, mas também a capacitação adequada de profissionais e a promoção de uma mudança cultural na sociedade”. Esse diagnóstico tem exigido de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional e psicoterapeutas em psicologia clínica e atendimentos individuais, a superação de barreiras e a constante busca por estratégias científicas e éticas. Entre essas possibilidades e necessidades, entendemos ser possível fazer uso da Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA) que, de acordo com Machado e Raggi (2021, p. 49), torna possível,

[...] usar a comunicação aumentativa para complementar, ou compensar, a deficiência da fala sem substituí-la totalmente, já a comunicação alternativa ocorre quando se usa outro meio para se comunicar, ao invés da fala, fala ausente ou não funcional, substituindo-a para que o aluno possa adquirir conhecimento e autonomia.

Temos, então, uma prática comunicativa que difere da fala, que não usa escrita funcional e pode permitir algum contato mais intersubjetivo entre o/a estudante surdo/a não alfabetizado/a em LIBRAS, com seu/a psicoterapeuta. Conforme Cesa e Mota (2015, p. 264) e segundo a *American Speech-Language-Hearing Association (ASHA)*, a CAA “destina-se a compensar e facilitar, permanentemente ou não, prejuízos e incapacidades dos sujeitos com graves distúrbios da compreensão e da comunicação expressiva (gestual, falada e/ou escrita)”, por meio de ferramentas e sistemas alternativos, como pranchas de comunicação, cartões ou pastas, usando símbolos, recursos, técnicas e estratégias, com o intuito de comunicar a mensagem que os

indivíduos necessitam transmitir. Nesse aspecto, em relação à ferramenta CAA, Cesa e Mota (2015, p. 264-5), destacam que,

[...] é um sistema de comunicação e não um método, sendo necessário compreender a diversidade dos sistemas da CAA, o contexto de quem a utilizará e seus parceiros conversacionais, além de considerar diferentes habilidades, tais como: as psíquicas, cognitivas, neuro motoras, sensoriais e linguísticas.

Um sistema de comunicação usado em diversas áreas, como na fonoaudiologia, terapia ocupacional, educação e psicologia, e em diferentes situações, deficiências e transtornos, por ser “uma área da prática clínica, educacional e de pesquisa e, acima de tudo, um conjunto de procedimentos e processos que visam maximizar a comunicação, complementando ou substituindo a fala e/ou a escrita” (Cesa; Mota, 2015, p. 264). O/A profissional da Psicologia Escolar e Educacional pode, em suas práticas clínicas, recorrer à CAA durante suas sessões de terapia, desde que ambos, estudante e profissional, conheçam esse sistema de comunicação, tornando-se, nesse caso, aliado para a escuta de sujeitos silenciados, ampliando as possibilidades de compreensão, garantindo o direito à saúde, ao acolhimento, ao atendimento especializado, com vistas a contribuir com as necessidades dos/as estudantes não alfabetizados/as em LIBRAS e de profissionais nessas mesmas condições.

Para Machado e Raggi (2021, p. 49), a CAA “facilita o processo de desenvolvimento da linguagem, bem como das competências comunicativas”, proporciona melhor qualidade de vida e inclusão social. Em nossas investigações, diferentes áreas e autores/as comentam que esse método, como expressam Nunes, Barbosa e Nunes (2021, p. 656), constitui-se em “uma das formas de ampliar as possibilidades sociocomunicativas de pessoas” com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O CAA, em concordância com Nunes, Barbosa e Nunes (2021, p. 656) é,

[...] uma área de conhecimento multidisciplinar que trata das interações de pessoas com necessidades complexas de comunicação[...] contempla o uso de gestos manuais, símbolos gráficos, sistemas assistidos de voz, dentre outros recursos empregados para substituir ou suplementar, de modo temporário ou permanente, formas de expressões referentes à fala ininteligível, não funcional ou inexistente.

Vale ponderar que no uso de CAA, como corroboram Nunes, Barbosa e Nunes (2021, p. 656), “a comunicação é protagonizada por interlocutores, que contingenciam e são contingenciados pelas ações do outro e viabilizam a construção compartilhada de sentidos”. No entanto, inexistem pesquisas mais aprofundadas acerca do uso dessa comunicação alternativa com os/as estudantes surdos/as, mas seu uso pode ser considerada uma estratégia, uma possibilidade de, recorrendo aos símbolos utilizados no CAA não somente como busca na

compreensão do outro, mas de reconhecer o que seus silêncios querem dizer, incluindo suas necessidades. Entretanto, é uma possibilidade para o/a psicoterapeuta fazer uso, de modo a atender as necessidades dos/as estudantes ainda não alfabetizados em LIBRAS e promover uma possível estratégia de comunicação, respeitar e incluir, tratar e acompanhar.

Nessa perspectiva, refletimos e enfatizamos a importância e a necessidade de garantir a comunicação e a acessibilidade efetiva entre profissionais e pacientes, indiscriminadamente. E, ao recorrer a qualquer estratégia de comunicação, é essencial respeitar as práticas comunicativas já estabelecidas na própria comunidade surda. Consideramos relevante, nessa direção, comentar que existem alternativas e possibilidades de tecnologias assistivas, disponibilizadas pelo governo federal, como, por exemplo “a suíte LIBRAS – um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em português para LIBRAS, tornando computadores, celulares e plataformas da *web* mais acessíveis para as pessoas surdas” (Brasil, 2022, s/p). São equipamentos e *softwares* que proporcionam acessibilidade para estudantes surdos/as e com problemas de surdez.

O Estado também disponibiliza a “Central de Intermediação de Comunicação (CIC) [...] responsável pela intermediação de comunicação telefônica entre pessoas com deficiência auditiva ou da fala e demais usuários dos serviços de telecomunicações por meio de videochamadas em LIBRAS” (Brasil, 2022, s/p). Contudo, esses recursos que facilitam o cotidiano das pessoas com deficiência, trabalham no sentido da inclusão e proporcionam acessibilidade comunicativa dessa população específica só podem ser utilizados por aqueles/as que conhecem a língua própria das pessoas surdas. Embora seja uma solução eficaz, para algumas pessoas, não rompe limites e pode impedir ou dificultar que não alfabetizados/as em LIBRAS recorram às tecnologias assistivas.

A escuta de sujeitos silenciados requer um olhar atento e uma abordagem interdisciplinar, que vá além das linguagens tradicionais. As estratégias discutidas neste capítulo – pantomima, gestos, recursos visuais e CAA – demonstram que é possível estabelecer conexões significativas mesmo diante de barreiras linguísticas. A integração dessas práticas reforça o compromisso da Psicologia Escolar e Educacional com a inclusão, oferecendo aos sujeitos surdos/as um espaço de valorização de suas identidades e subjetividades.

## **6 REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO, PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade contemporânea reflete avanços significativos, mas ainda enfrenta desafios consideráveis. Apesar de vivermos em uma época de maior respeito às diversidades, as barreiras culturais, sociais e estruturais continuam a limitar a plena inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Essa exclusão histórica impõe a necessidade de promover ações educativas e terapêuticas que respeitem as singularidades, garantam os direitos e fomentem a construção de subjetividades.

Na educação de estudantes surdos/as, particularmente aqueles não alfabetizados/as em LIBRAS, a escola e os tratamentos psicoterapêuticos individuais desempenham um papel fundamental na formação integral. Esses espaços devem ser inclusivos, proporcionando ferramentas e condições para que os sujeitos desenvolvam suas capacidades, construam suas identidades e tenham suas subjetividades respeitadas. Como afirma Paulo Freire (1997), a educação é uma prática de liberdade, que permite ao ser humano se tornar protagonista de sua própria existência. Para alcançar esse ideal de inclusão, é imperativo repensar os currículos escolares, investir em formação continuada de profissionais da educação e da psicologia, e incorporar metodologias e tecnologias que possibilitem diálogos, interações e vivências significativas. A implementação de um currículo que inclua LIBRAS como disciplina básica e o incentivo à pesquisa são caminhos indispensáveis para efetivar a inclusão no sentido amplo.

Além disso, o papel do/a psicoterapeuta no atendimento a estudantes surdos/as é essencial. O/a profissional deve estar capacitado/a para estabelecer uma comunicação efetiva, seja por meio da LIBRAS, seja por estratégias adaptativas, como pantomima, recursos visuais e outras formas de linguagem não verbal. A escuta e o acolhimento dessas subjetividades são caminhos para promover a saúde mental e o desenvolvimento humano.

Essa mesma consciência da condição humana como construção permanente visualiza a dignidade humana como atenção maior e urgência nas rupturas com esse mundo de muitos muros e poucas pontes. Repensar, constantemente, e reelaborar a humanidade híbrida, complexa, heterogênea, de muitos significados, repleta de fluidez e desprovida de relações afetivas e respeitadas (Baumann, 2017) é ação educativo-pedagógica e indispensável no âmbito da educação. Quando tratamos de educação de estudantes surdos/as, especialmente no aspecto do ensino, da escola e salas de aula, os tratamentos e acompanhamentos psicoterapêuticos individuais são necessários para a formação integral dos indivíduos, para que desenvolvam capacidades e potencialidades que lhes autonomize enquanto seres de direitos e deveres, como

refere Freire (1997). É preciso respeito, valorização e dignidade para todas as formas e manifestações de vida e de existência.

Parece que convivemos com menos preconceito e mais respeito às diversidades presentes em nossa sociedade. Entretanto, por muito tempo, as pessoas com deficiência foram excluídas e, mesmo com superações relacionadas às diferenças, ainda temos um longo caminho para percorrer no sentido de superar limites, barreiras e evoluir em termos sociais, culturais, científicos e políticos na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência auditiva.

A consciência de que, mesmo sendo semelhantes, as pessoas desejam ser respeitadas em suas singularidades, reconhecidas em suas necessidades, identidades e direitos, é o caminho para mais pesquisas, estudos e desenvolvimento de políticas públicas nos campos da educação e da psicologia. Essa mesma consciência da condição humana como construção permanente visualiza a dignidade humana como atenção maior e urgência nas rupturas com esse mundo de muitos muros e poucas pontes. Repensar e reelaborar uma humanidade híbrida, complexa e heterogênea é indispensável na educação, como Baumann (2017) aponta, em tempos de fluidez e relações desprovidas de afetividade.

Quando tratamos da educação de estudantes surdos/as, especialmente no aspecto do ensino e dos acompanhamentos psicoterapêuticos individuais, observamos a necessidade de intervenções que desenvolvam as potencialidades dos sujeitos para que se tornem autônomos/as enquanto seres de direitos e deveres, como refere Freire (1997). Educação, aprendizado e respeito são fundamentais para a realização pessoal, para a construção de projetos de vida e para a transformação de culturas que ainda negam a dignidade humana.

No que se refere à prática profissional, observa-se que um dos maiores desafios enfrentados por indivíduos surdos/as está relacionado à comunicação com o mundo ao redor, visto que, como aponta Figueiredo (2023, p. 8), “a língua de sinais não é dominada por todos os ouvintes”. Essa realidade se reflete em contextos clínicos, nos quais dificuldades de interação entre estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS e profissionais são recorrentes. Essa barreira compromete o acolhimento e pode levar à exclusão, conforme também apontam Almeida, Lima e Roure (2020, p. 18): “os sujeitos surdos se caracterizam por ser um público que demanda por atendimento psicológico para elaborar os sofrimentos e as angústias que advêm de relações mal resolvidas”.

Os profissionais de Psicologia Escolar e Educacional têm o desafio de estabelecer um vínculo que permita uma comunicação inclusiva e respeitosa. Segundo Pereira, Araújo e Silva (2020, p. 23), “o psicólogo precisa firmar vínculo para que ela [a pessoa surda] se sinta à vontade e consiga de fato ser atendida de forma inclusiva”. Essa tarefa exige mais do que boa

vontade: requer formação, sensibilidade e estratégias que valorizem o potencial visual e gestual dos estudantes surdos/as.

Para tais finalidades, acreditamos ser necessário, tanto em termo de educação escolar, como da educação cotidiana em sentido mais alargado, proporcionar condições para as pessoas serem incluídas com efetividade, o que implica a implementação de um currículo amplo em todos os níveis e modalidades da educação, como o ensino de LIBRAS. Igualmente, investimentos em pesquisas para desenvolvimento e acesso de metodologias e tecnologias que favoreçam convivências, experiências, comunicações, diálogos, reconhecimentos e possibilidades de realização pessoal e profissional de estudantes que, pelo aprendizado e pelo ensino escolar, comecem a traçar os primeiros movimentos, porém definidores de suas personalidades, subjetividades e identidades.

Se há problemas no sentido da inclusão, até o presente momento, na sociedade brasileira, como processo histórico-social e cultural, a consciência dessa realidade deve ser motivadora de mudanças de compreensões para que as atitudes sejam transformadas. De modo especial, tratando-se de estudantes surdos/as que necessitam de tratamentos individuais na esfera da Psicologia Escolar e Educacional. Por que essa especificidade? Porque, de algum modo, a escola é um espaço no qual – enquanto direito constitucional – todas as pessoas devem circular, transitar e frequentar na sistematização de conhecimentos.

Em nossa compreensão, a educação, o ensino e o aprendizado são fundamentais para a realização pessoal, para a definição de projetos e ações sociais, comunitárias e para a construção e implementação de projetos de sociedade, transformação das culturas impeditivas da dignidade humana e construção das personalidades. Esses pilares sustentam o desenvolvimento dos indivíduos e a criação de uma sociedade mais equitativa, inclusiva e respeitosa às diversidades. No contexto da terapia psicológica com pessoas surdas, Rosa (2017, p. 23 *apud* Pereira; Araújo; Silva, 2020), afirma que o/a psicólogo/a

[...] tem como objetivo fazer o acolhimento ao sofrimento da pessoa surda, possuindo como ferramenta a psicoterapia, que amplia os recursos necessários, auxiliando no enfrentamento de seus conflitos internos. Cabe ao profissional, realizar adequações e adaptações no cenário clínico, sendo essas necessárias para atendimentos humanizados.

Nesse horizonte, consideramos algumas alternativas para que os/as estudantes que necessitam de acolhimento, amparo e conforto do/a profissional da Psicologia Escolar e Educacional não se sintam excluídos/as e isolados/as. O/A psicólogo/a precisa conhecer possibilidades de comunicação e assim “firmar vínculo para que ela [a pessoa surda] se sinta à vontade e consiga de fato ser atendida de forma inclusiva” (Pereira; Araújo; Silva, 2020, p. 23).



Nessa investigação, durante as análises e revisões da literatura, encontramos viabilidades e métodos para o/a psicoterapeuta acompanhar e tratar estudantes surdos/as, ainda não alfabetizado/as em LIBRAS. Constatamos ser essencial o conhecimento do/a profissional e do/a paciente na língua de sinais e, obviamente, que a cultura da LIBRAS, como comunicação universal da sociedade brasileira, possa se efetivar e acontecer de modo amplo. Então, caminhamos para outro processo histórico, não mais de exclusão.

Apresentamos a necessidade de meios e estratégias para o/a psicoterapeuta tratar o/a estudante com surdez, ou seja, comprovamos a necessidade que ambos – paciente, no caso estudantes, e profissional – precisam de compreensão, de interação, de comunicação intensa, mas que pode acontecer, de algum modo que, não necessária e exclusivamente, pelas vias da LIBRAS. Essa constatação, ainda sem grandes estudos e com poucos respaldos na bibliografia encontrada na revisão de literatura, carece de mais pesquisas e mais profundas fundamentações e evidências científicas. Podem parecer meios, alternativas e possibilidades, mas ainda se mostram insuficientes, levando-nos a novas perspectivas, caminhos de investigação e buscas. Isso reforça a ideia de que o conhecimento científico é sempre inacabado. A eventual escassez de referências ou bases científicas não desqualifica nem invalida a pesquisa; pelo contrário, evidencia a necessidade de continuidade, expansão e aprofundamento dos estudos.

Exploramos pesquisadores/as, expandimos o escopo da pesquisa e buscamos em bases de dados bibliográficas que pudessem nos sustentar no enfrentamento da problemática: há possibilidades de tratamento psicoterapêutico individual para estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS? A partir das novas abordagens, realizamos levantamentos acerca do que foi publicado na base de dados da CAPES, SciELO, *Google Acadêmico* e Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD), que nos possibilitaram pesquisar e analisar a produção do campo científico relacionado à temática.

Compreendemos que, além da barreira comunicacional, percebida na prática profissional, entre psicoterapeuta e estudante surdo/a, constatamos, a partir das pesquisas na revisão da literatura, que a descontinuidade do/a surdo/a no atendimento clínico psicoterápico é consideravelmente alta, uma vez que grande número de terapeutas desconhecem a língua brasileira de sinais e outros meios de comunicação. Comprovamos essa observação na afirmação de Pereira, Araújo e Silva (2020, p. 21), de que “a psicoterapia com surdos está envolta de complexidades, pelo fato de exigir do profissional uma qualificação especializada, tendo em vista que, a maioria, não possui cursos de capacitação para terapeutas trabalharem com surdos, além da ausência de materiais de pesquisas”. A LIBRAS, instrumento de materialização e promoção da acessibilidade comunicacional e de escuta, impulsionadora e

favorecedora para a inclusão e a construção da subjetividade, está afastada de muitas realidades, especificamente, da atividade profissional da Psicologia Escolar e Educacional em vários contextos do atendimento público, como revelam os achados da revisão da literatura.

Creemos, então, ser indispensável, para a realização de tratamentos psicoterapêuticos na Psicologia Escolar e Educacional, que a LIBRAS seja competência do/a psicólogo/a e do/a estudante surdo/a. O uso, domínio e aprendizado dessa língua é possibilidade de reconhecimento, aproximação, valorização e auxílio nos tratamentos clínicos, desenvolvimento da subjetividade do sujeito surdo. Afinal, ser incluído/a não depende apenas do acesso, mas também da permanência em um ambiente humanista, respeitada a condição de cada pessoa com deficiência, o que rompe com a forte cultura excludente que ainda cultivamos, na sociedade brasileira.

No decorrer do nosso estudo, observamos que as políticas públicas viabilizadas pela legislação vigente são, em sua maioria, formuladas com o intuito de garantir acessibilidade, equidade e uma educação inclusiva de formação integral, especialmente para pessoas surdas. No entanto, essas legislações muitas vezes permanecem restritas ao âmbito familiar, ao contexto educacional ou ao nível dos discursos, sem uma efetiva implementação na prática. Com frequência, percebemos a ausência de medidas concretas nos espaços frequentados pelas pessoas surdas e fundamentais para o desenvolvimento de suas identidades e cidadania. Isso inclui o acesso a tratamentos e acompanhamentos psicoterapêuticos na Psicologia Escolar e Educacional, clínicas, escolas, além de espaços culturais e de convivência essenciais para a vida emocional e social de estudantes surdos/as.

Nossa sociedade precisa otimizar e potencializar meios ou métodos de ensino que envolvam a coletividade, de modo que o bilinguismo constitua a formação básica para todos/as e possa contribuir para “a escuta desses sujeitos silenciados e excluídos devido à surdez” (Almeida; Lima; Roure, 2020, p. 18). Encontrar alternativas de formação integral e meios de romper ou compreender esse silêncio é obrigatório e urgente. É nesta direção que fomos em busca de viabilidades para a escuta desses indivíduos silenciados. Concordamos com Almeida, Lima e Roure (2020, p. 18), que afirmam que “para aqueles psicanalistas que compreendem que a Psicanálise é reinventada a cada novo paciente”, esperamos olhar novos espaços, outras especialidades e intervenções. Na Psicologia Escolar e Educacional, a comunicação entre paciente e psicólogo não ocorre apenas pela LIBRAS, mas também por meio de expressões faciais e corporais, do modo como o psicólogo transmite informação e utiliza recursos visuais para fins terapêuticos.

Muitos desses momentos e intervenções ocorrem nas instituições educacionais, por meio do uso de recursos visuais e da língua de sinais, que tornam a aprendizagem mais eficaz e significativa, pois estabelecem a comunicação com mais clareza. Observamos, portanto, que “o processo de comunicação entre indivíduos vai muito além de uma linguagem verbal, existem diversas formas de interações, cuja intenção é se transmitir uma mensagem” (Pereira; Araujo; Silva, 2020, p. 22). Uma dessas possibilidades é a utilização de uma estrutura visuoespacial pela comunidade surda, recorrendo a “signos, códigos, regras, expressões, gestos, sinais, que têm significados cuja função é propiciar um entendimento” (Pereira; Araujo; Silva, 2020, p. 22). Por meio da habilidade perceptual é possível permitir a percepção e a transmissão de significados e mensagens no processo de comunicação, favorecendo o desenvolvimento das identidades e subjetividades.

Essas percepções e reflexões levantam diferentes questionamentos. Se as instituições de ensino podem adaptar práticas comunicativas para favorecer a interação entre ouvintes e não ouvintes, por que essas estratégias não poderiam ser utilizadas também por psicoterapeutas no atendimento individual de alunos surdos/as? Concluímos que ainda há um desconhecimento significativo por parte de muitos profissionais quanto a ferramentas específicas para estabelecer uma comunicação eficaz com estudantes surdos/as em terapias individuais na área da Psicologia Escolar e Educacional. Contudo, mesmo diante dessas lacunas, buscam-se meios para que o tratamento e o acompanhamento transcorram respeitando a individualidade. Nesse sentido, como o/a psicólogo/a da área escolar pode aprender e adaptar abordagens terapêuticas aos seus atendimentos, garantindo a inclusão e viabilizando a comunicação?

Sob essa perspectiva, a comunicação “é um meio pelo qual se expressam sentimentos, desejos, ideias, pensamentos, recebem-se e transmitem-se informações, e no qual ocorrem interações com o meio social” (Belaunde; Sofiato, 2019, p. 82). A acolhida pode ocorrer de diversas formas, pois o/a estudante surdo/a aprende e conhece o mundo principalmente por meio de estratégias visuais. Para Belaunde e Sofiato (2019, p. 82), o visual, “para além do ato natural de ver”, permite, até certo ponto, a compreensão do que é visto. Entendemos que é possível atender o/a estudante surdo/a, ainda não alfabetizado/a em LIBRAS, em clínica psicológica, utilizando técnicas que consideram suas necessidades. Estratégias como pantomima, gestos, mímicas e expressões corporais podem contribuir significativamente para o processo terapêutico, possibilitando uma comunicação suficiente para o acolhimento.

Outra adaptação relevante para psicólogos/as é a utilização de recursos visuais como imagens, símbolos e gráficos. A surdez, por demandar um foco maior na competência visual, transforma os olhos e o ato de ver em ferramentas essenciais para interpretar o mundo e

construir sentidos. Segundo Belaunde e Sofiato (2019, p. 76), “a surdez permite que o visual seja compreendido como uma forma peculiar de apreender o mundo e de se posicionar diante dele, reconhecendo traços característicos da surdez, visando aos caminhos possíveis para o surdo poder se constituir na sua diferença”.

Além disso, a escuta dos sujeitos silenciados pode ser facilitada por métodos como a CAA, utilizada em contextos educacionais e clínicos. Esse sistema de comunicação, que independe da fala, recorre a figuras, símbolos e expressões corporais para compensar dificuldades de comunicação funcional. Pesquisas apontam a eficácia da CAA em contextos de TEA e outras condições de comunicação limitada. No caso de estudantes surdos/as, essa abordagem pode contribuir tanto para a comunicação quanto para o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais.

Nesse contexto, reforça-se a importância de incluir a disciplina de LIBRAS nos currículos de Psicologia, assim como já ocorre em Pedagogia e Fonoaudiologia, conforme o Decreto n. 5.626/2005. Tal medida capacitaria futuros/as psicólogos/as a acolher e tratar estudantes surdos/as com maior eficiência, garantindo respeito às diretrizes da Lei Federal n. 10.436/2002. Esse preparo, além de necessário, reflete os princípios éticos da profissão, que orientam a promoção da saúde e da qualidade de vida sem discriminação.

Independentemente da estratégia de comunicação adotada, é fundamental respeitar as práticas já estabelecidas pela comunidade surda. Mudanças significativas e contínuas são necessárias para integrar a inclusão de forma efetiva. É indispensável que o/a psicoterapeuta potencialize suas capacidades de comunicação, promovendo uma interação terapêutica acolhedora, inclusiva e respeitosa.

Por fim, compreendendo a atuação profissional na Psicologia Escolar e Educacional como um campo em constante construção, essa pesquisa não se encerra, mas serve como base para futuros estudos e discussões. Incluir é valorizar as diversidades e reconhecer as singularidades de cada indivíduo, entendendo que as diferenças são parte essencial da condição humana. Nas palavras de Maltoni (2023, p. 42), “considerar a diferença como algo natural é compreender que a inclusão deve ser construída em cada espaço da sociedade”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisar e analisar os dados encontrados e as reflexões realizadas, essa dissertação buscou responder ao problema central de como é possível o tratamento e o acompanhamento individual em Psicologia Escolar e Educacional de estudantes surdos/as não alfabetizados/as em LIBRAS. Apesar das lacunas identificadas, o estudo também revelou possibilidades, estratégias e métodos para superar essas barreiras. Concordamos que o/a psicólogo/a tem como objetivo fazer o acolhimento ao sofrimento da pessoa surda, possuindo como ferramenta a psicoterapia, que amplia os recursos necessários, auxiliando no enfrentamento de seus conflitos internos. No entanto, constatamos que muitos profissionais ainda não dominam a LIBRAS, o que compromete a inclusão plena e efetiva.

Além disso, é necessário que as instituições de ensino e os cursos de Psicologia incluam disciplinas que promovam o domínio da LIBRAS, tal como já ocorre na Pedagogia e Fonoaudiologia, em conformidade com o Decreto n. 5.626/2005. Essa formação garantiria que os profissionais possam acolher e tratar estudantes surdos/as de forma mais eficiente, respeitando os princípios éticos da Psicologia.

A educação, o ensino e o aprendizado são fundamentais para a realização pessoal, para a definição de projetos e ações sociais, comunitárias e para a construção e implementação de projetos de sociedade, porém, é parte importante e constitutiva da formação da subjetividade de estudantes, sejam surdos/as ou não, os tratamentos e acompanhamentos psicoterapêuticos da Psicologia Escolar e Educacional. Apenas por meio da transformação das culturas impositivas da dignidade humana é possível garantir a construção de personalidades fortalecidas e respeitadas em suas singularidades. Esse processo deve ser contínuo e coletivo, exigindo o compromisso de educadores/as, psicólogos/as, famílias e toda a sociedade.

Por fim, reafirmamos que a inclusão não depende apenas de políticas públicas ou discursos, mas da efetiva valorização das diferenças e da construção de uma sociedade que respeite as singularidades. Nas palavras de Basilier (*apud* GESSER, 2009, s/p), “quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo. [...] Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser”. Este estudo se encerra com a esperança de que novas reflexões e pesquisas sejam despertadas para transformar realidades e promover a inclusão como prática contínua.

Concluimos que a educação, o ensino e o aprendizado são fundamentais para a realização pessoal, para a definição de projetos e ações sociais, comunitárias e para a construção e implementação de projetos de sociedade. Apenas por meio da transformação das culturas

impeditivas da dignidade humana é possível garantir a construção de personalidades fortalecidas e respeitadas em suas singularidades. Esse processo deve ser contínuo e coletivo, exigindo o compromisso de educadores/as, psicólogos/as, famílias e toda a sociedade.

Com base nos achados desta pesquisa e nas reflexões construídas ao longo do estudo, apresentamos algumas sugestões para o aprimoramento das práticas escolares e educacionais, especialmente no campo das psicoterapias voltadas a estudantes surdos/as, com destaque para aqueles/as que não são alfabetizados/as em LIBRAS:

1. Fortalecimento da Formação em LIBRAS para Profissionais da Psicologia Escolar e Educacional – Recomendamos a inclusão obrigatória de disciplinas de LIBRAS nos currículos dos cursos de Psicologia. Essa medida permitirá que futuros/as profissionais estejam preparados/as para atender às demandas específicas de estudantes surdos/as, promovendo uma comunicação mais eficiente e inclusiva.

2. Criação de Materiais Didáticos Inclusivos – sugerimos o desenvolvimento de materiais pedagógicos e clínicos acessíveis, que incluam recursos visuais e ferramentas adaptadas às necessidades de estudantes surdos/as. Esses materiais devem considerar a comunicação não verbal, como imagens, expressões corporais e gestuais.

3. Capacitação Contínua para Psicólogos/as e Educadores/as – compreendemos como essencial a promoção de programas de formação continuada que abordem as especificidades da inclusão de pessoas surdas. Esses programas devem incluir aspectos como o uso da LIBRAS, metodologias de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) e estratégias para o desenvolvimento da subjetividade em estudantes surdos/as.

4. Incentivo à Pesquisa sobre Psicoterapia e Educação de Surdos/as – avaliamos ser fundamental a realização de estudos que explorem abordagens inovadoras para o acompanhamento psicoterapêutico e educacional de pessoas surdas. A produção acadêmica deve focar em estratégias que ampliem as possibilidades de interação e desenvolvimento, especialmente em contextos de inclusão.

5. Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas – sugerimos investimentos em tecnologias que facilitem a comunicação e o aprendizado de estudantes surdos/as. Aplicativos e *softwares* que integrem LIBRAS e outros recursos visuais podem ser ferramentas valiosas no processo educativo e clínico.

6. Fortalecimento das Políticas Públicas de Inclusão - reforçamos a necessidade de monitorar e avaliar a implementação das políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas surdas, para garantir que os direitos estabelecidos sejam efetivados em ambientes escolares e educacionais e clínicos.

7. Integração Escola-Família – sugerimos a implementação de programas que promovam o diálogo entre escolas, famílias e profissionais de Psicologia Escolar e Educacional, com o objetivo de construir estratégias conjuntas para o desenvolvimento integral dos estudantes surdos/as.

8. Valorização da Cultura Surda – recomendamos a ampliação de ações pedagógicas e psicoterapêuticas que valorizem a identidade cultural das pessoas surdas e possam promover um ambiente de respeito e acolhimento às suas singularidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcella de Paula; LIMA, Priscilla Melo Ribeiro de; ROURE, Susie Amâncio Gonçalves de. A escuta de sujeitos surdos na clínica psicanalítica. **Analytica** [S/l], v. 9, n. 17, p. 1-23, 2020.

ARAUJO, Débora Carvalho de; SAMARIDI, Isadora. A acessibilidade da psicologia clínica a pessoas surdas. **Psicologias em Movimento**, [S.l.], v. 3, n. 1, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISEPsicologias/article/view/1037>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BAUMANN, Zygmunt. **Estranho à nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Zahar, 2017.

BELAUNDE, Caroline Zimmermann; SOFIATO, Cássia Geciauskas. INES. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro/RJ, n. 52, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/eb1ea887-bd7e-4d1f-b0bb-757552eefbc5/O%20VISUAL%20NA%20EDUCA%20C3%87%C3%83O%20DE%20SURDO.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**. 14. ed. São Paulo/SP: Editora Saraiva, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 9 jun. 2024.

BRASIL. Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 11.370, de 1º de janeiro de 2023. Revoga o Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, jan. 2023.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o artigo 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília/DF: Conselho Nacional de Educação (CNE), 2001.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União (DOU)**: seção 1, Brasília/DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). **Diário Oficial da União (DOU)**, seção 1, Brasília/DF, abr. 2002.



BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**: seção 1, Brasília/DF, jun. 2014.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União (DOU)**, seção 1, Brasília/DF, jul. 2015.

BRASIL. Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União (DOU)**: seção 1, Brasília/DF, ago. 2021.

BRASIL. Lei n. 14.768, de 14 de dezembro de 2023. Altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União (DOU)**, seção 1, Brasília/DF, dez. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União (DOU)**: seção 1, Brasília/DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: set. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília/DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP), 2008.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.614, de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Diário Oficial da União (DOU)**: seção 1, Brasília/DF, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Projetos/Ato\\_2023\\_2026/2024/PL/pl-2614.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm). Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Tecnologias assistivas proporcionam acessibilidade para pessoas surdas**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/tecnologias-assistivas-proporcionam-acessibilidade-para-pessoas-surdas>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CASSOL, Claudionei Vicente. **Conversaciones Baumanianas**. Coordenação: Maya Aguiluz Ibarгүйen; Víctor Alarcón Olguín; CEIICH UNAM. Cidade Universitária, 14 abr. 2022. Disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=wPqKOVm8GT0>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CESA, Carla Ciceri; MOTA, Helena Bolli. Comunicação aumentativa e alternativa: panorama dos periódicos brasileiros. **Revista CEFAC**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 264-269, jan./fev. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/xx8w8YyFNNSbDG7bYVKJWwf/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Código de ética do profissional psicólogo**: das responsabilidades e deveres fundamentais do psicólogo. Brasília/DF: CFP, p. 8-15, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP n. 10**, de 20 de dezembro 2000. Especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo, dez. 2000. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-10-2000-especifica-e->

[qualifica-a-psicoterapia-como-pratica-do-psicologo-2000-12-20-versao-original](#). Acesso em: 10 ago. 2024.

CHAVES, Marineide da Silveira. **A diversidade na surdez**: criação de um guia para o ensino de surdos oralizados. 2021. 136f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2021.

CORREIA, Patrícia Carla da Hora; NEVES, Bárbara Coelho. A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica. **Revista Educação Especial**, Santa Maria/RS, v. 32, 2019.

DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. **Plataforma Pública Direito**, [S.l.], 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>. Acesso em 09 jun. 2024.

FERNANDEZ, Larissa Valentino. **O psicólogo escolar como agente do processo de inclusão**. Rio de Janeiro/RJ: FioCruz, 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/57774>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FERREIRA JUNIOR, Jesaías Leite; BEZERRA, Henrique Jorge Simões; ALVES, Edneia de Oliveira. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro/RJ, v. 33, n. 3, p. 537-556, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A08>.

FIGUEIREDO, Bárbara de Oliveira. **A atuação da psicologia no atendimento psicoterapêutico às pessoas surdas**: desafios e possibilidades. 2023. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) — Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte/CE, 2023.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. **Revista da FEEBA**, Salvador/BA, n. 7, p. 123-132, jan./jun. 1997.

FREUD, Sigmund. [1921]. Psicologia das massas e análise do eu. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Imago, 1996, p. 77-154.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos** (1920-1923). [S.l.]: [S.d], 2024. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74213144/99170850-FREUD-S-OC-Vol-15-Psicologia-das-Massas-e-Analise-do-Eu-e-outros-textos-1920-1923.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?: Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo/SP: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2008.

JORGE, Lucas Alexandre.; PIZATO, Elaine Cristina Gardinal; RODRIGUES, Viviane. O atendimento psicoterapêutico de pessoas surdas: desafios e possibilidades da comunicação em LIBRAS. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói/RJ, v. 14, n. 34, p. 187-203 set./dez. 2022.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2017.

LOPES, Ana Lúcia Mendes; FRACOLLI, Lislaine Aparecida. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis/SC, v. 17, n. 4, p. 771-778, 2008.

LOPES, Eliana de Jesus; BOUZON, Marina; CARNEIRO NETO, Manoel de Castro. **Revisão Sistemática: Tendências e desafios jurídicos contemporâneos**. Sobral/CE: Editora Dos Autores, 2024.

MACHADO, Elzinete Maria Carvalho; RAGGI, Désirée Gonçalves. **Comunicação aumentativa e alternativa para a aprendizagem: o processo de acolhimento e ensino de Johnny, um aluno com surdocegueira congênita**. São Paulo/SP: Editora Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: [https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/05/eBook\\_comunicacao-aumentativa.pdf](https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/05/eBook_comunicacao-aumentativa.pdf). Acesso em: 02 ago. 2024.

MALTONI, Naira Biagini. **A política nacional de inclusão de pessoas com surdez na educação básica: história, avanços e desafios**. 2023. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo/SP, 2023.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG. 2005

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Documentos e Debates: Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista RAC**, Curitiba/PR, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

NUNES, Débora Regina de Paula; BARBOSA, João Paulo da Silva; NUNES, Leila Regina de Paula. Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo na Escola: uma Revisão da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru/SP, v. 27, e0212, p. 655-672, jan./dez. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v27/1413-6538-rbee-27-e0212.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

OLIVEIRA, Simone Mendonça de. **Habilidade socioemocionais na educação inclusiva: e-book para professores da educação básica**. 2022. [E-book] — Universidade Federal Fluminense, [S.l.], 2022.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Saúde auditiva**. [S.l.]: OPAS/OMS, 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-auditiva>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ONU. Organização Das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2010. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 20 out. 2024.

PASIAN, Mara Silvia; ROCHA, Luiz Renato Martins da. **20 anos do reconhecimento da LIBRAS: o que aconteceu na educação das pessoas surdas?** SciELO Preprints, [S.l.], jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4436>.

PEREIRA, Mara Dantas; SILVA, Joilson Pereira da. Psicóloga(o) Escolar na Educação Inclusiva: Contribuições e Perspectivas da Profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília/DF, v. 42, n. spe, e263525, p. 1-15. 2022 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cjshVknBtBbHNtbWjcK36t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PEREIRA, Vanessa Alves; ARAUJO, Karoliny Vilela; SILVA Jucineide Lima de Almeida. Psicoterapia para pessoas com surdez: um processo de inclusão. **Revista Científica Novas Configurações-Diálogos Plurais**, Luziânia/GO, v. 1, n. 3, 2020.

RODRIGUES, Ingrid Moura Barroso. **Produção de um Livro Digital para Orientação de Profissionais de Psicologia no Campo da Surdez**. 2020. 126f. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PGCTIn.2020.mp.12804435709>.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista CEFAC: Atualização Científica em Fonoaudiologia**, São Carlos/SP, v. 1, fev. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SANTANA, Ana Paula; GUARINELLO, Ana Cristina.; BERBERIAN, Ana Paula.; MASSI, Giselle. O estatuto simbólico dos gestos no contexto da surdez. **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 13, n. 2, p. 297-306, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/vC4Zv8KfMqpnxtcGvpMbXcM/#>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANTOS, Miquéias Ambrósio dos; ROCHA FILHO, João Bernardes da; VASCONCELOS, Emanuella Silveira. Educação de Surdos: Trajetória e Perspectivas na Legislação. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista/RR, v. 13, n. 39, p. 73-89, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7700332. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/957>. Acesso em: 2 set. 2024.

SILVA, Lúcia Marta Giunta da; BRASIL, Virginia Visconde; GUIMARÃES, Heloísa Cristina Quatrini Carvalho Passos; SAVONITTI, Beatriz Helena Ramos de Almeida; SILVA, Maria Júlia Paes da. Comunicação não-verbal: reflexões acerca da linguagem corporal. **Revista Latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto/MG, v. 8, n. 4, p. 52- 58, ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/tDnHtdjX3DGwKb8TMCLPJCq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TERVOORT, Bernard. Esoteric symbolism in the communication of young deaf children. **American Annals of the Deaf**, [S.d.], n. 106, a. 5, p. 436-480, 1981.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Direito Previdenciário**. São Paulo/SP: Grupo GEN, 2023.